



# DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 10 DE MAIO DE 2000

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. José Ernesto Figueira dos Reis  
José de Almeida Cesário  
António José Carlos Pinho

## SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos

**Antes da ordem do dia** — Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n<sup>o</sup> 192 a 196/VIII, dos projectos de resolução n<sup>o</sup> 52 e 53/VIII e da apresentação de requerimentos e da resposta a requerimentos

Em declaração política, o Sr Deputado Octávio Teixeira (PCP) responsabilizou o Governo pela onda de protestos que se tem verificado no País, tendo, depois, respondido aos pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados José Barros Moura (PS) e António Capucho (PSD) e dado explicações a uma defesa da honra da bancada feita pelo Sr Deputado José Barros Moura (PS), que, por sua vez, deu explicações a uma defesa da honra da bancada feita pelo Sr Deputado Paulo Portas (CDS-PP)

Em declaração política, o Sr Deputado Artur Penedos (PS) deu conta das conclusões saídas do Congresso da UGT, realizado no passado fim-de-semana

O Sr Deputado Arménio Santos (PSD) criticou a política económica e social seguida pelo Governo. Respondeu, no fim, ao pedido de esclarecimento do Sr Deputado Lino de Carvalho (PCP), que, por sua vez, deu explicações a uma defesa da honra da bancada feita pelo Sr Deputado Artur Penedos (PS)

O Sr Deputado Renato Sampaio (PS) debruçou-se sobre o Programa Polis (Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades), apresentado pelo Governo no passado mês de Abril, tendo, no final, respondido ao pedido de esclarecimento do Sr Deputado José Eduardo Martins (PSD)

O Sr Deputado Manuel Queiró (CDS-PP) condenou o Governo por, segundo notícias veiculadas pela comunicação social, pretender retirar às autarquias da Área Metropolitana do Porto a condução do projecto de construção do Metro do Porto. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Manoel dos Santos (PS) e Honório Novo (PCP)

O voto n<sup>o</sup> 66/VIII — De protesto contra a requisição civil dos maquinistas (BE) foi rejeitado, tendo intervindo os Srs Deputados Luís Fazenda (BE) e Manuel dos Santos (PS)

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Ética, o primeiro relativo a retoma de mandato de um Deputado do PS e outro de Os Verdes e a substituição de um Deputado do PS e o segundo autorizando um Deputado do PSD a depor em tribunal como testemunha

**Ordem do dia** — Foi debatido o inquerito parlamentar n<sup>o</sup> 5/VIII — Apreciação dos actos do Governo referentes à participação da ENI e da Iberdrola no capital da GALP, SGPS. Usaram da palavra, a diverso título, os Srs Deputados Jorge Neto (PSD), Basílio Horta (CDS-PP), Octávio Teixeira (PCP), Francisco Louçã (BE), José Penedos (PS) e Isabel Castro (Os Verdes)

Procedeu-se a discussão, na generalidade, dos projectos de lei n<sup>o</sup> 155/VIII — Cria um regime especial para jovens de acesso a serviços de transporte, saúde e cultura (PCP) e 188/VIII — Promoção e acesso dos jovens aos instrumentos culturais e à sociedade de informação (CDS-PP), tendo-se pronunciado, a diverso título, os Srs Deputados Bernardino Soares (PCP), Pedro Mota Soares (CDS-PP), João Sequeira e Ana Catarina Mendonça (PS), Bruno Vitorino (PSD), Luis Miguel Teixeira e Dinis Costa (PS)

Foram ainda discutidos conjuntamente, na generalidade, as propostas de lei n<sup>o</sup> 23/VIII — Altera o Decreto-Lei n<sup>o</sup> 318-E/76, de 30 de Abril (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira) (ALRM) e 24/VIII — Altera o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n<sup>o</sup> 13/91, de 5 de Junho, na redacção e numeração da Lei n<sup>o</sup> 130/99, de 21 de Agosto (ALRM) e os projectos de lei n<sup>o</sup> 173/VIII — Altera o Decreto-Lei n<sup>o</sup> 318-E/76, de 30 de Abril (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira) (PS) e 189/VIII — Lei eleitoral da Assembleia Legislativa Regional da Madeira (CDS-PP). Usaram da palavra, a diverso título, os Srs Deputados Guilherme Silva (PSD), Silvio Rui Cervan (CDS-PP), Isabel Sena Lino e José Magalhães (PS), Luis Fazenda (BE) e António Filipe (PCP)

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 20 minutos

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

*Eram 15 horas e 20 minutos*

*Estavam presentes os seguintes Srs Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Agostinho Moreira Gonçalves  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alexandre António Alves Chaves  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 António Alves Marques Júnior  
 António Alves Martinho  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António Jorge Freire de Brito Calvete  
 António José Gavino Paixão  
 António Manuel Dias Baptista  
 António Manuel do Carmo Saleiro  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carlos Alberto  
 Carlos Alberto Dias dos Santos  
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
 Carlos Manuel Luís  
 Casimiro Francisco Ramos  
 Dinis Manuel Prata Costa  
 Eduarda Maria Castro de Sousa  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Filipe Mesquita Vital  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
 Helena Maria Mesquita Ribeiro  
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida  
 Isabel Maria dos Santos Barata  
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
 João Alberto Martins Sobral  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Macedo Lourenço  
 João Pedro da Silva Correia  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
 José António Teixeira Cardoso  
 José Aurélio da Silva Barros Moura  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José Carlos das Dores Zortinjo  
 José de Matos Leitão  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Ernesto Figueira dos Reis  
 José Manuel de Medeiros Ferreira

José Manuel Pires Epifânio  
 José Manuel Rosa do Egípto  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Jovita de Fátima Romano Ladeira  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
 Luis Pedro de Carvalho Martins  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel António dos Santos  
 Manuel Francisco dos Santos Valente  
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
 Maria José Vidal do Rosário Campos  
 Maria Luísa Silva Vasconcelos  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luis de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Rui Manuel Leal Marqueiro  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Victor Brito de Moura  
 Vitor Manuel Alves Peixoto  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Social Democrata (PSD)**

Adão José Fonseca Silva  
 Álvaro dos Santos Amaro  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Maria Martins Narciso  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António d'Orey Capuchinho  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Arménio dos Santos  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos José das Neves Martins  
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves

David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Domingos Duarte Lima  
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Santos Pereira  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Herminio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maçãs  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José António de Sousa e Silva  
 José David Gomes Justino  
 José de Almeida Cesário  
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Durão Barroso  
 José Manuel Macedo Abrantes  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Manuel Maria Moreira  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouvera  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
 Pedro Augusto Cunha Pinto  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Sérgio André da Costa Vieira

**Partido Comunista Português (PCP)**

António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral

Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):**

António Herculano Gonçalves  
 António José Carlos Pinho  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 Fernando Alves Moreno  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):**

Fernando Carlos Almeida Pésinho  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

**Bloco de Esquerda (BE):**

Francisco Anacleto Louçã  
 Luis Emídio Lopes Mateus Fazenda

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas, dos requerimentos e das respostas a requerimentos que foram apresentados à Mesa.

O Sr. Secretário (José Reis): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas projectos de lei n.º 192/VIII — Regula e garante o exercício do direito de iniciativa legislativa popular (PS), que baixou à 1.ª Comissão, 193/VIII — Iniciativa legislativa de cidadania (BE), que baixou à 1.ª Comissão, 194/VIII — Elevação da vila de São Mamede de Infesta, do concelho de Matosinhos, à categoria de cidade (PCP), que baixou à 4.ª Comissão, 195/VIII — Integração da freguesia da Moita, concelho de Alcobaça, no concelho da Marinha Grande (PS), que baixou à 4.ª Comissão, e 196/VIII — Elevação da povoação de Odeceixe, no concelho de Aljezur, à categoria de vila (PCP), que baixou à 4.ª Comissão, e projectos de resolução n.º 52/VIII — Localização da sede do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) (PSD) e 53/VIII — Para uma gestão transparente do Programa Polis (José Eduardo Martins, do PSD)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, foram apresentados na Mesa os seguintes requerimentos

No dia 19 de Abril de 2000, ao Ministério da Economia, formulados pelos Srs. Deputados Ricardo Castanheira e Agostinho Lopes; ao Ministério da Administração Interna, formulado pela Sr.ª Deputada Maria Celeste Correia; à Secretaria de Estado do Desporto, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Marta; e aos Ministérios da Educação, da Saúde e à Secretaria de Estado para a Defesa do Consumidor, formulados pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho.

Na sessão plenária de 26 de Abril de 2000 a diversos Ministérios e à Câmara Municipal de Lisboa, formulados pelo Sr. Deputado Francisco Torres, ao Ministério da Administração Interna, formulados pelos Srs. Deputados Eugénio Marinho e Luís Fazenda, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado José Eduardo Martins, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Manuel Oliveira, à Secretaria de Estado da Comunicação Social, formulado pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes, aos Ministérios da Economia, das Finanças e da Saúde, formulados pelo Sr. Deputado Honório Novo, ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr. Deputado Joaquim Matias, aos Ministérios do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Educação, formulados pela Sr.ª Deputada Luisa Mesquita, a diversos Ministérios, formulados pela Sr.ª Deputada Margarida Botelho, ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulado pelo Sr. Deputado Herculano Gonçalves, a diversos Ministérios e à Câmara Municipal de Lisboa, formulados pelo Sr. Deputado João Rebelo, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Paulo Portas, e aos Ministérios da Administração Interna e da Saúde, formulados pelo Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

Nas sessões plenárias de 27 e 28 de Abril de 2000 às Secretarias de Estado do Turismo e da Administração Interna, formulados pelo Sr. Deputado Carlos Matos, ao Ministério das Finanças e à Secretaria de Estado do Orçamento, formulados pelo Sr. Deputado Mota Torres, ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr. Deputado Paulo Pisco, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Ana Manso e Eugénio Marinho, ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Luís Cirilo, ao Ministério do Planeamento, formulado pelo Sr. Deputado Machado Rodrigues; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Manuel Oliveira, ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Mota Amaral, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulados pelos Srs. Deputados Honório Novo e João Rebelo, a diversos Ministérios, formulados pela Sr.ª Deputada Margarida Botelho, ao Ministério da Saúde, formulado pela Sr.ª Deputada Natália Filipe, aos Ministérios da Educação e do Equipamento Social, formulados pelo Sr. Deputado Vicente Merendas; ao Instituto Nacional do Desporto e à Câmara Municipal de Leiria, formulados pela Sr.ª Deputada Maria Celeste Cardona, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pelo Sr. Deputado Fernando Pésinho, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Luís Fazenda, e à Câmara Municipal do Porto, formulado pelo Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan.

O Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados:

Nos dias 28 de Abril e 2 de Maio Francisco Torres, no dia 4 de Abril, e Rosado Fernandes e Fernando Pésinho, na sessão de 5 de Abril.

No dia 4 de Maio Francisco Louçã, nas sessões de 17 de Novembro e 29 de Março, Honório Novo, na sessão de 24 de Novembro, Luisa Mesquita, na sessão de 9 de Dezembro, Agostinho Lopes, na sessão de 17 de Fevereiro, Manuel Moreira, no dia 24 de Fevereiro, João Amaral e Fernando Pésinho, no dia 28 de Fevereiro, e Maria Santos, na sessão de 5 de Abril.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados A 4 de Novembro do ano passado, na apresentação do Programa do Governo, o Primeiro-Ministro declarava a esta Assembleia que «ao Governo compete definir um conjunto inovador de desafios a vencer e concretizar novas linhas de acção, não aceitando o autismo de quem acha que tudo está bem e basta continuar».

O Sr. João Amaral (PCP) — Era a parte dos «violentos»!

O Orador — Exactamente seis meses depois, no passado dia 4, é o mesmo Primeiro-Ministro que, em entrevista à RTP, que categoricamente se vem desmentir a si mesmo. Nessa entrevista, o Primeiro-Ministro foi o paradigma do autismo irrecuperável, do conformismo e da resignação.

Vozes do PCP — Exactamente!

O Orador — O que foi dado ver e ouvir ao País foi um Primeiro-Ministro embrulhado em desculpas que não conseguem encobrir a sua incapacidade prática para coordenar um Governo em que os seus Ministros se degladiam na praça pública, por razões que nada têm a ver com a governação do País mas apenas e tão-só com o respectivo peso e ambições políticas no seio do partido a que pertencem.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Um Primeiro-Ministro que se multipliou em alegadas preocupações com as dificuldades que os portugueses sentem, e em particular os trabalhadores, mas que mais uma vez não mostrou qualquer vontade política para procurar as soluções necessárias e urgentes para os problemas de que emergem as dificuldades populares.

Um Primeiro-Ministro que se recusa a aceitar as razões substantivas que suscitam a enorme onda de protesto social que se tem verificado em todo o País e que, retomando vícios antigos que julgávamos mortos e enterrados, pretende circunscrever o protesto social a uma «manipulação política» do PCP.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr. José Junqueiro (PS). — Em parte, também é verdade!

O Orador — Podíamos tomar esta frase como um elogio ao PCP, pelo reconhecimento do seu empenhamento consequente nas justas causas dos trabalhadores. Mas o que é significativo é que, desta forma, o Primeiro-Ministro, para além de retomar chavões dos tempos de antanho, confirma o seu autismo e incapacidade de compreender a profundidade e extensão da insatisfação e do protesto populares.

Aplausos do PCP

O Orador — O Sr. Primeiro-Ministro quer fazer dos portugueses meros agentes passivos e dóceis, sem opinião e sem vontade próprias. Desengane-se, Sr. Primeiro-Ministro, que os tempos já não estão para isso!

Vozes do PCP — Muito bem!

**O Orador** — A verdade, Sr Presidente e Srs. Deputados, é que o País vive hoje uma onda de protesto social com uma dimensão que há muitos anos não se verificava, como foi notório com as grandes manifestações de massas associadas à Cimeira da União Europeia e às comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio e como é indesmentível com as continuadas e participadas greves na administração pública, nos transportes e noutras sectores de actividade.

Mas os visíveis desencanto e descontentamento populares não resultam de um qualquer «défice de comunicação» do Primeiro-Ministro, nem da incapacidade dos portugueses para compreender a «mensagem» da governação do Partido Socialista.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

*Neste momento, caiu um dos painéis da bancada do Governo*

**O Sr João Amaral (PCP)** — Até a bancada do Governo já começou a desmoronar-se!

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — O Governo já está a cair!

**O Orador** — A bancada do Governo já começou a cair!

Retomando, Sr Presidente e Srs. Deputados, enquanto o Governo não cai, o grau de iliteracia dos portugueses, que, aliás, não se reduziu nos últimos cinco anos, é o mais elevado da União Europeia mas não tanto!

**O Sr. João Amaral (PCP)** — Bem dito!

**O Orador** — Pelo contrário, a razão profunda desse manifesto e alargado mal-estar assenta, precisamente, na apreensão e compreensão pelos cidadãos do enorme fosso que o Governo cavou entre as suas promessas e a sua prática política, do desfasamento radical entre as políticas económicas e sociais prosseguidas pelo Governo e as aspirações e interesses legítimos dos portugueses, dos trabalhadores

*Aplausos do PCP.*

A verdade, como o Governo e o Partido Socialista muito bem sabem, é que a dimensão e a justificação das lutas que os trabalhadores têm levado a cabo assentam indesmentivelmente na situação real que hoje se vive no País. O descontentamento social crescente e visível assenta, sem lugar para dúvidas, nas erradas e injustas políticas económicas e sociais do Governo, no prosseguimento de uma política contra os trabalhadores, de uma política de direita causadora de uma situação de crescente injustiça social, sentida por cada vez mais largas centenas de milhar de portugueses.

As razões da insatisfação e do protesto populares têm a sua raiz na atitude de resignação assumida pelo Governo face à evolução da economia, remetendo as responsabilidades de tudo o que de mal corre para o exterior, para a União Europeia, e abdicando de quaisquer opções políticas que no quadro comunitário dêem corpo a um projecto nacional.

Não orientação da política do Governo com o objectivo de dar permanente satisfação às associações patronais e

acrescidas benesses aos grandes grupos económicos, na cada vez maior falta de transparência em negócios, como os da privatização da TAP e da GALP, e no agravamento da política clientelar.

Na política dos dois pesos e duas medidas, bem patente no irresponsável processo do aumento dos preços dos combustíveis, com o Governo a dar satisfação prestimosa e rápida às reivindicações dos industriais dos transportes e a negar a mínima compensação aos trabalhadores e aos reformados.

**O Sr Honório Novo (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — Razões da decepção manifesta da maioria dos cidadãos são os adiamentos contínuos de reformas essenciais e urgentes há muito prometidas mas nunca concretizadas, como a da fiscalidade, da saúde ou da justiça, que promovessem uma socialmente mais justa redistribuição da pesada carga fiscal e que reduzissem as desigualdades e os elevados custos que persistem no acesso da generalidade dos cidadãos a cuidados de saúde de qualidade e a uma justiça célere e efectiva.

O crescente protesto popular que vai alastrando pelo País não se alimenta de alegadas motivações de «natureza política», antes é alimentado pelos crescentes graus de desigualdade na distribuição dos rendimentos, «sem paralelo em qualquer outra sociedade europeia», como há dias aqui recordava o Presidente da República, pela ausência da qualidade de emprego, pelo não assegurar pelo Estado dos direitos no emprego e da aplicação da legislação laboral, pelo agravamento da precariedade do emprego, pela crescente desvalorização do trabalho e pela política estratégica dos baixos salários, perpetrados com a convivência do Governo.

*Aplausos do PCP*

Tal como a vaga de greves que alastrá resulta da insensibilidade social do Governo, que se recusa a dar satisfação às reais preocupações e dificuldades dos trabalhadores. Desde logo, as dos trabalhadores da Administração Pública, a quem o Governo quer impor à força actualizações salariais que significam à partida efectivas reduções dos salários reais. Mas também as dos restantes trabalhadores portugueses, já que o Governo quer fixar essa percentagem de 2,5% de actualização salarial como norma para todas as negociações salariais que envolvam empresas, sejam elas de capitais públicos ou privados.

São por demais legítimas e justas as razões que obrigam os trabalhadores a recorrerem à greve, à sua última arma de luta, e, por isso, quero, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, daqui saudar esses trabalhadores e manifestar-lhes a nossa solidariedade com as suas justas motivações e legítimas reivindicações.

*Aplausos do PCP*

Sr Presidente e Srs. Deputados, estas são algumas das verdadeiras razões do descontentamento popular e do protesto social a que temos assistido, e não qualquer virtual maquinção política contra o Governo, que este publicamente pretende vender com o objectivo de tentar esconder a acelerada desilusão de muitos portugueses, incluindo aqueles que entregaram o seu voto ao PS. O protesto aí está, em resultado da insatisfação que grassa

no País e que já cava dentro do próprio Partido Socialista, como é público e notório

Ao Primeiro-Ministro e ao Governo de nada valerá «enterrarem a cabeça na areia» para não verem o que todos vêem. Isso só agravará o grau de autismo político que o Primeiro-Ministro e o Governo vêm revelando. Mas não calará o protesto social, nem resolverá os problemas de que aquele decorre.

A resposta tem de ser a mudança. Mudança na prática política do Governo, quer no interior do próprio Governo, quer no relacionamento com os cidadãos e com as instituições.

#### *Aplausos do PCP*

Mas, fundamentalmente, a mudança tem de ser nas orientações das políticas prosseguidas.

As orientações políticas da «terceira via», comprovadamente, não servem os cidadãos. O Sr. Tony Blair que o diga... e o Sr. Engº Guterres que o perceba e entenda.

O Sr. João Amaral (PCP) — Ainda não chegou cá o *Guardian*!

O Orador — Pela nossa parte, pela parte do PCP, estamos e continuaremos a estar ao lado dos trabalhadores, defendendo e promovendo os seus legítimos direitos e interesses. Pugnando nas palavras, nos actos e nas nossas propostas legislativas por uma alteração profunda das políticas do Governo, para uma sociedade mais justa e mais democrática, para uma redistribuição da riqueza gerada que favoreça os que a criam, os trabalhadores.

#### *Aplausos do PCP, de pé*

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados José Barros Moura e António Capucho.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Barros Moura, dispondo, para o efeito, de 3 minutos.

O Sr. José Barros Moura (PS) — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Octávio Teixeira fez aqui uma afirmação,

#### *O Sr. João Amaral (PCP) — Fez várias!*

O Orador — ... que começo por abordar, acerca da questão de saber se existe ou não manipulação política no actual movimento dos trabalhadores. Sobre esta questão, a nossa posição é clara: movimentos deste tipo por parte de centrais sindicais, que, efectivamente, estão a demonstrar serem capazes de exercer a sua autonomia sindical, não podem ser considerados movimentos manipulados politicamente; são movimentos da sociedade aos quais só podemos responder com atenção, com preocupação e, como ainda ontem disse o Sr. Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, com a decisão de continuar a negociar as melhorias possíveis no estatuto juslaboral dos trabalhadores da administração pública.

Não há manipulação política no lançamento dos movimentos, há manipulação política no aproveitamento que se pretende fazer, o que também é compreensível. O PCP está no seu papel tradicional quando procura valorizar os elementos de luta social, o PP apelou a que

o Governo exercesse repressão sobre os trabalhadores quando eles fizessem greve.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Como?! Isso é completamente falso!

O Orador — o PSD, surpreendentemente, considerou que o Governo deveria satisfazer reivindicações irrealistas que ontem estavam em causa e, com isto, surpreendeu claramente, como não podia deixar de ser, todas as pessoas sensatas deste país.

#### *Vozes do PS — Muito bem!*

O Orador — Os trabalhadores exerceram o seu direito e ninguém pôs em causa o direito que os trabalhadores têm de recorrer a esta forma de luta decisiva, que é a greve. Os cidadãos têm também o direito de se interrogar sobre a oportunidade de greves que, como ontem se verificou, mais do que afectarem o empregador, afectam os utentes dos serviços públicos, como se pode verificar nas áreas da saúde, dos transportes e da educação.

É uma reflexão que entendo dever ser feita pelos trabalhadores no exercício do seu direito legítimo.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Se é legítimo, é legítimo!

O Orador — de lutarem pela defesa e melhoria das suas condições de trabalho

Pelo nosso lado, o que podemos dizer é que não podemos ceder a reivindicações que ponham em causa os objectivos de estabilização económica e financeira.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — O que é legítimo é legítimo!

O Orador — É evidente para nós que seria de uma enorme irresponsabilidade fazê-lo, ultrapassando os limites fixados durante a negociação.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado, agradeço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo regimental.

O Orador — Terminei. Sr. Presidente, dizendo que é, para nós, claro que será esse o caminho a seguir e que o Governo vai cumprir o seu programa de reformas, designadamente a reforma fiscal, a reforma da justiça e a reforma da saúde, que são os elementos decisivos, em termos de política real, para melhorar a situação dos portugueses e fazer face ao mal-estar social, que não podemos deixar de reconhecer.

#### *Aplausos do PS.*

O Sr. João Amaral (PCP) — E já agora a reforma do Primeiro-Ministro!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da consideração da bancada

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado, dar-lhe-ei a seguir ao Sr. Deputado Octávio Teixeira, que vai responder ao Sr. Deputado José Barros Moura.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Com certeza, Sr. Presidente

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Tem a palavra, Sr Deputado Octávio Teixeira

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Sr Presidente, Sr. Deputado José Barros Moura, começo por dizer que certamente não fui eu apenas a ficar algo surpreendido com a sua intervenção, mas Deputados houve nesta Câmara a sentirem o mesmo.

Isto porque, repare, quando V Ex<sup>a</sup> vem, aqui, afirmar que o Partido Socialista não comunga e não aceita a ideia de que o protesto popular e as greves assentam numa manipulação política, V Ex.<sup>a</sup> está, publicamente, a declarar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista «retira o tapete» ao Primeiro-Ministro, em relação àquilo que ele disse, no dia 4, na RTP,

**Vozes do PCP.** — Muito bem!

**O Orador** — porque ele afirmou-o, peremptoriamente

*Aplausos do PCP*

Em segundo lugar, o Sr Deputado José Barros Moura faz, simultaneamente, um acto de contrição, porque, afinal, face àquilo que hoje aqui disse, não confirma o que disse anteriormente, que estas greves eram realizadas e concretizadas, apenas, por elites laborais

**Vozes do PCP** — Exactamente!

**O Sr Honório Novo (PCP)** — Recordam-se, Srs Deputados?

**O Orador** — Fica-lhe bem fazer o acto de contrição, mas o importante é que, quer o Governo, quer o Primeiro-Ministro, quer o Partido Socialista

*Protestos do Deputado do PS Francisco de Assis*

Se quiser, Sr Deputado Francisco de Assis, fica o acto de contrição para o Sr Primeiro Ministro e arranje outra expressão para o Sr Deputado José Barros Moura

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Pode ser a autocritica!

*Risos do PCP e de Os Verdes*

**O Orador** — Os senhores têm de ter uma linha coerente da crítica que fazem ou da crítica que não fazem, daquilo que consideram justo e daquilo que consideram legítimo, daquilo que é ilegítimo e daquilo que é inaceitável

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Isso é que já é difícil!

**O Orador** — Em suma, tem de haver coerência no Partido Socialista e no Governo sobre isto

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Orador** — Já agora, Sr Deputado José Barros Moura, permita-me que termine a resposta ao seu pedido de esclarecimento

Quanto à sua questão sobre o papel que o PCP assume nesta matéria, gostaria de dizer-lhe algo que, neste momento, é inequívoco: o Partido Socialista assume com clareza o papel de dizer «não» e sempre «não» aos trabalhadores. O Partido Socialista, neste momento, assume o papel de se manifestar preocupado com as dificuldades dos trabalhadores e das populações, mas nada faz e nada quer fazer para ultrapassar as dificuldades e resolver os seus problemas

*Aplausos do PCP*

**O Sr José Barros Moura (PS)** — Sr Presidente, peço a palavra defesa da honra da bancada

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Fica inscrito, Sr Deputado

Para exercer o direito regimental da defesa da honra da sua bancada, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Sr Presidente, Sr Deputado José Barros Moura, o que lhe havia de ter acontecido darem-lhe como tarefa uma intervenção contra as greves!

*Risos do CDS-PP e do PSD*

Agora, em relação à referência que fez à minha bancada, aconteceu-lhe, certamente, um «apagão».

**A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Cardona (CDS-PP)** — Foi a cegonha!

*Risos do CDS-PP*

**O Orador** — porque V Ex<sup>a</sup> diz que o CDS-PP pediu a repressão dos trabalhadores

Sr Deputado José Barros Moura, isso deve ter sido um regresso ocasional à sua condição de marxista-leninista, porque — e temos de aceitar a verdade objectiva — o direito à greve é um direito legítimo, constitucionalmente consagrado

O que dissemos e voltamos a repetir é que a sucessão e o recurso sistemático à greve, sobretudo em determinados sectores, acaba por prejudicar mais os cidadãos e as famílias do que o Governo

**O Sr Manuel Queiró (CDS-PP)** — Exactamente!

**O Orador** — Dissemos isto com toda a clareza e não apelámos à participação, embora entendamos mutíssimo bem por que é que as pessoas têm razões de queixa

**Vozes do CDS-PP:** — Pois!

**O Orador** — Portanto, não sei onde é que o Sr Deputado José Barros Moura viu apelos à repressão dos trabalhadores. A menos que considere um acto de repressão dos trabalhadores a requisição civil que o seu Governo fez

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — E que era, obviamente, inevitável, como vários líderes da oposição disseram, porque as pessoas não podem ter a vida transformada num inferno, à conta da vossa incapacidade para restabelecer a paz social

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — De modo que não sei onde é que V Ex<sup>a</sup> — tirando a hipótese de um «apagão» — descobriu a repressão dos trabalhadores

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para dar explicações, tem a palavra o Sr Deputado José Barros Moura

**O Sr José Barros Moura (PS)** — Sr Presidente, Srs Deputado Paulo Portas, evidentemente que não se trata de um «apagão», sob qualquer ponto de vista

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — É um «apagunho»!

**O Orador** — Quando o partido, presidido pelo Sr Deputado Paulo Portas, critica o Governo por não ser capaz de exercer autoridade relativamente às ondas de greves, como ele refere, devo dizer-lhe que conhecemos o estilo de linguagem e a filiação ideológica desse tipo de apelos

O que caracteriza e o que faz a diferença é que o Partido Socialista sabe coexistir com o exercício destes direitos, que são fundamentais e que continuarão a sê-lo e que — já agora permuta-me que o diga — poderão ser prejudicados pelo seu abuso

Aproveito, ainda, esta possibilidade para referir o problema de certos sectores minoritários, devido à sua posição estratégica, no exercício do direito à greve, serem capazes de paralisar empresas ou serviços.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — porque é disto que se trata e não de dizer que ontem foram as elites que fizeram greve Trata-se, portanto, de dizer que por vezes a perturbação causada no funcionamento dos serviços públicos é desproporcional relativamente aos objectivos da greve, indo para além das possibilidades próprias dos trabalhadores envolvidos nessa mesma greve

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para exercer o direito regimental da defesa da honra, tem a palavra o Sr. Deputado José Barros Moura

**O Sr José Barros Moura (PS)** — Sr Presidente, o Sr Deputado Octávio Teixeira procurou explorar, aqui, uma suposta contradição no nosso reconhecimento de que um movimento social, como o que se verificou ontem, não seja manipulável politicamente, quanto ao momento e à forma do seu desencadeamento. Mas não há qualquer contradição entre dizer isto, como eu digo, e dizer que há formas de aproveitamento político desde tipo de movimentos contra o Governo do Partido Socialista. É isto que toda a oposição, porventura, no exercício, também legítimo, do seu papel, está a procurar fazer, cada qual na sua perspectiva

O que temos a dizer é apenas isto não conseguirão impedir que o Partido Socialista prossiga o seu caminho democrático e reformador

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Sr Presidente, Sr Deputado José Barros Moura, V Ex<sup>a</sup> está aqui a defender as posições mais retrógradas que tenho ouvido nesta Câmara!

*Risos do PCP*

Das mais retrógradas! V Ex<sup>a</sup> considera agora manutenção política a luta política que qualquer partido pode desenvolver com a base em acontecimentos que existem no País<sup>21</sup>!

**O Sr João Amaral (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — V Ex<sup>a</sup> quer, eventualmente, impedir que um Deputado do PCP venha a esta Câmara referir e explorar politicamente os acontecimentos que estão a ter lugar na sociedade portuguesa<sup>21</sup>

**O Sr José Barros Moura (PS)** — Reconheci a existência desse direito!

**O Orador** — Para além do mais, Sr Deputado José Barros Moura, há a questão da coerência, que já há pouco referi. Nós dizemos aqui aquilo que dizemos nos outros locais onde nos encontramos, não dizemos aqui algo diferente daquilo que dizemos nas entrevistas da RTP, não dizemos aqui algo diferente daquilo que dizemos dos debates televisivos!

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — Portanto, se nós, num debate televisivo, tivéssemos dito que as greves eram promovidas e feitas apenas por elites laborais, repetíamo-lo aqui!

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Orador** — V Ex<sup>a</sup> fê-lo no debate televisivo, mas não teve a coragem de o fazer nesta Assembleia!

*Aplausos do PCP*

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Octávio Teixeira, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho

**O Sr António Capucho (PSD)** — Sr. Presidente, Sr Deputado Octávio Teixeira, sinteticamente, gostaria de, mais do que pedir esclarecimentos, comentar a intervenção de V Ex<sup>a</sup>, já que, em seguida, o meu colega de bancada Arménio Santos, Secretário-Geral dos Trabalhadores Social-Democratas, fará uma intervenção sobre este tema

Aquilo que me pareceu assinalável na jornada de ontem tem a ver com a situação, que seria divertida se não fosse patética, de o Governo se ter desdobrado durante todo o dia, através das rádios e das televisões, para minimizar,

através de uma contabilidade manifestamente artificial, o número de grevistas, o número de trabalhadores que tinha aderido à greve, quando a questão fundamental, obviamente, para nós, não é essa. A questão fundamental é a de saber se subjacente a esse movimento está uma insatisfação real e legítima dos trabalhadores da classe média e das classes mais desfavorecidas, perante a política social deste Governo.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — E, por muito que o Governo queira escamotear e que o Partido Socialista queira minimizar, é evidente que qualquer observador imparcial sente que essa insatisfação é crescente e justa, perante uma degradação óbvia assinalável, como a degradação palpável do nível de vida, nomeadamente pelo agravamento das taxas de juro e porque as pessoas se sentem enganadas pelo Governo não apenas face àquele tristíssimo episódio do aumento dos preços dos combustíveis como também por o Governo fazer previsões totalmente irrealistas, a propósito da taxa de inflação.

Em síntese, Sr. Deputado, estamos perante uma postura deste Governo que releva do autismo político.

Perante isto, insistimos que, no essencial, aquilo que esteve por detrás da movimentação de ontem releva de reclamações que são justas, que nos parecem pertinentes e que, no essencial, são razoáveis, a que o Governo, em vez de se esconder atrás de números e de estatísticas, devia responder de uma forma positiva, com o diálogo que tanto apregoava, ou apregoava, o chefe do Governo, dialogando com os representantes dos trabalhadores, para, com moderação — um Governo que é o campeão do despesismo —, satisfazer essas reivindicações e, assim, compensar minimamente as classes médias, as classes mais desfavorecidas, aqueles que ganham o salário mínimo e os pensionistas, perante a evolução negativa da situação económica.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP)** — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Capucho, começo por uma questão de fundo suscitada pelo Sr. Deputado, que é a de o Governo, agora, se embrenhar na luta dos números, no número de trabalhadores que, ontem, fizeram greve, esquecendo de facto aquilo que é substancial e importante e procurando escamotear, como já há pouco referi, «entrando a cabeça na areia», aquilo que toda a gente no País está a ver, que é a insatisfação e o descontentamento crescente, os quais geram o protesto.

A questão de o Governo pretender refugiar-se nos números, olvidando a questão central, é já uma prática recorrente do Governo, e, mais uma vez, em contradição com uma afirmação antiga do mesmo, designadamente do Sr. Primeiro-Ministro, que é a de o sua preocupação ser para com as pessoas e não para com os números. Mas o que acontece constantemente é que o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro preocupam-se com os números e não com as pessoas. Não se preocupam com as motivações que levam as pessoas a fazerem o protesto e as greves.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Orador** — Não se preocupam com as dificuldades das pessoas

**O Sr. Artur Penedos (PS)** — Não é verdade!

**O Orador** — Aliás, há pouco li uma notícia da Lusa, onde um membro do Governo, o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, diz — mais uma vez em relação aos números — que a adesão à greve de ontem teria sido inferior à de há 15 dias ou três semanas, apesar de nesta estarem envolvidas as duas centrais sindicais e um sindicato independente.

**O Srs. Deputados do Partido Socialista** — não me refiro ao Sr. Secretário de Estado, porque ele não está presente —, VV Ex<sup>as</sup> não queiram, com tal tipo de afirmações, dizer que, no movimento sindical, a UGT não aumenta, pelo contrário, diminui! Tanto não! Tanto não, sejamos claros!

*Risos do PCP e do PSD*

**Sr. Presidente e Srs. Deputados**, reportando-me a algo que foi dito há pouco pelo Sr. Deputado do Partido Socialista, que convém que fique claro, termino dizendo que quem define os objectivos e a oportunidade das greves são os trabalhadores, só os trabalhadores, e nunca será o Governo,

**O Sr. João Amaral (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — . pelo menos num regime democrático!

*Aplausos do PCP*

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Penedos

**O Sr. Artur Penedos (PS)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados No passado fim-de-semana, o País pôde observar um dos grandes momentos por que passou o movimento sindical no pós 25 de Abril. Refiro-me em concreto à presença de representações do movimento sindical nacional e internacional e à de todos os agentes políticos e sociais do nosso país, sem excepção.

Pela primeira vez, desde o 25 de Abril, os partidos com assento na Assembleia da República, através de representação partidária ou parlamentar, estiveram presentes no Congresso da UGT e, com a sua presença, colocaram um ponto final numa «divisão» que durou décadas e que em nada contribuiu para o reconhecimento do papel que aos trabalhadores e ao movimento sindical são devidos.

É, pois, com enorme satisfação que hoje damos o devido relevo ao papel que as organizações sindicais têm desempenhado e que, face ao que nos foi possível observar, continuarão a desempenhar, tendo em vista, sempre, a melhoria das condições de vida daqueles que tão dignamente têm representado.

Esta nossa convicção radica, naturalmente, nas conclusões que do referido Congresso da UGT saíram e de que importa destacar as seguintes:

A exigência de um efectivo debate estratégico sobre os grandes desafios com que o País se confronta e na promoção dos mais amplos consensos sobre as reformas estruturais.

A exigência de um ponto final no impasse em que se encontra o diálogo social, por forma a que os avanços da negociação colectiva tenham a visibilidade e os resultados que os cidadãos esperam.

O apelo aos empresários e às respectivas associações patronais para que reconheçam o papel fundamental dos acordos mobilizadores e do combate ao trabalho ilegal, à concorrência desleal e à instabilidade laboral, absolutamente insustentável num País que todos desejamos evoluído;

Mais negociação colectiva e reforço do diálogo entre trabalhadores e empregadores, tendo ficado claro que a UGT considera que o Estado deve obrigar os representantes patronais que recusam a negociação a fazê-lo, usando, para tanto, todos os instrumentos ao seu dispor (se necessário, o legislativo) para fixar as condições de trabalho e os necessários e indispensáveis entendimentos nas relações laborais.

A disponibilidade da UGT, manifestada à CGTP, para reforçar os caminhos da unidade na acção e juntos, no País e na Comunidade a que pertencem, poderem bater-se pelo diálogo, pela negociação e pela concretização, como repetidamente o vem afirmado a Confederação Europeia de Sindicatos, organização de que ambos fazem parte, de um diálogo justo e efectivo na prossecução daqueles que são os valores que defendem os interesses desta grande população

Muitas outras conclusões foram retiradas no Congresso da UGT, mas referirei apenas mais algumas que considero de relevante importância e que, por isso, merecem o relevo que lhe pretendo dar

Dessas deve colocar-se à cabeça o repensar das organizações sindicais, das suas estruturas e dos seus métodos, uma vez que hoje, como já todos vêm reconhecendo, existe a necessidade de assegurar uma maior participação de todos os que vivem do trabalho subordinado.

Esse reconhecimento visa dar voz aos jovens e responder às suas aspirações, às mulheres deste país, lutando denodadamente contra as discriminações que sofrem no trabalho e no emprego e na repartição das responsabilidades familiares, e ainda àqueles que a não têm — os desempregados e os excluídos

Foi em função deste rol de necessidades que a UGT impôs aos órgãos eleitos no domingo passado a tarefa fundamental de transformar os sindicatos em organizações cada vez mais necessárias à vida das pessoas e à afirmação dos seus valores, na luta por uma sociedade cada vez mais justa e solidária

Julgo que a UGT soube renovar os seus órgãos — mais de 50% dos eleitos não pertenciam aos órgãos —, soube reforçar a presença das mulheres e dos jovens e reforçou, sobretudo, a responsabilidade dos sindicatos na condução directa daquela central sindical.

Demonstrou que continua a ser um espaço plural, em que todos, sem exceção, têm lugar. A solidariedade para com os idosos, com os mais pobres e excluídos e com os trabalhadores de todo o mundo, particularmente os de língua oficial portuguesa, continuará a ser um dos principais papéis do movimento sindical protagonizado pela UGT

Reafirmou ainda neste Congresso a importância do papel que sempre soube desempenhar num processo fundamental para o País: a concertação social

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com a força e determinação do movimento sindical português, traduzido no referido Congresso da UGT do passado fim-de-semana, e exorta aquela central sindical a prosseguir e a contribuir para a construção de um País e

de uma vida melhores. É essencial este sindicalismo responsável, capaz de escolher e executar formas de luta que respeitam a lei e os interesses dos trabalhadores

Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados É por demais evidente que há hoje quem tudo faça para causar divisões, acirrar divergências e, por essa via, procurar «envenenar» o relacionamento do Partido Socialista com o mundo do trabalho. Para alguns, tudo serve de pretexto e nada deixa de ser invocado com esse fito, que, diga-se em abono da verdade, é uma velha obsessão. Mas, como é evidente, por mais que façam ou digam, não o conseguirão

#### *Aplausos do PS*

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — É uma forma indirecta de apoiar as greves!

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — Para tratamento de assuntos de interesse político relevante, tem a palavra o Sr. Deputado Arménio Santos

O Sr. Arménio Santos (PSD) — Sr. Presidente, Srs. Deputados A situação económica e social do País entrou em plano descendente e o Sr. Primeiro-Ministro parece ser autista e continua a falar como se nada fosse com ele.

Para o Governo tudo corre às mil maravilhas e, se alguma coisa não vai bem, como as taxas de juro, os preços dos combustíveis ou a queda dos investimentos, a culpa agora é do Banco Central Europeu ou da OPEP

Estas desculpas habilidosas do Governo visam convenir os incertos, mas as dificuldades sentidas pelos portugueses no seu dia-a-dia estão aí e não podem ser ignoradas.

Hoje, as desigualdades sociais são mais profundas do que há 4 ou 5 anos. Há mais pobres, existem bolsas de pobreza escondidas, o trabalho infantil continua em dimensões preocupantes e o trabalho ilegal e precário domina, como em nenhum outro país da União Europeia.

O desemprego real em Portugal situa-se nos 8%, ao contrário dos números administrativos e cor-de-rosa apresentados pelo Governo socialista

Os jovens, dezenas de milhares licenciados, não têm um horizonte profissional. Os reformados e pensionistas, muito lembrados e abraçados pelo Primeiro-Ministro na altura das eleições, continuam esquecidos, sem pensões dignas

Os salários portugueses são agora os últimos da União Europeia. Há quatro anos, estávamos à frente da Grécia, hoje até os gregos nos ultrapassaram e nos deixaram para trás.

O ritmo de crescimento dos salários portugueses está a afastar-se do salário médio europeu, ao contrário do prometido aos portugueses aquando da convergência nominal. A convergência real e a coesão económica e social estão cada vez mais distantes

O peso dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional tem vindo a diminuir, passando da média de 43,9%, nos últimos quatro anos que antecederam o Governo socialista, para 39,6% nos primeiros quatro anos do Governo socialista

Esta é a realidade nua e crua e nenhum destes problemas se resolve com sorrisos, com a simples generalização da Internet ou com a recente Cimeira do Emprego, como o Sr. Primeiro-Ministro nos pretende fazer crer, com aquele ar estudado para as câmaras da televisão.

O Governo, socialista e de esquerda, do diálogo e da simpatia, está a ser um excelente aliado dos grandes interesses financeiros e dos poderosos, dando prioridade ao crescimento dos lucros de alguns grupos, passando para segundo plano o crescimento dos salários e do bem-estar das famílias

É neste quadro que se deve compreender — e nós compreendemos — a insatisfação social que se pressente um pouco por todos os sectores da sociedade. E no meio de tudo isto onde pára a concertação social? Onde pára a concertação social, Srs Deputados do partido Socialista?

Em 4 de Janeiro deste ano, o Primeiro-Ministro presidiu à reunião do Conselho Permanente de Concertação Social e, com pompa e circunstância, proclamou de novo a sua fidelidade ao diálogo e à concertação, mas esta reunião serviu para desferir uma machadada brutal na concertação social, ao excluir, implícita e formalmente, a negociação de qualquer referencial salarial mínimo em sede de concertação social.

Ou seja, a função pública e todos os sectores de actividade foram afastados de qualquer intervenção da concertação social em matéria salarial, matéria que, pela primeira vez, ficou a depender apenas da política de rendimentos e preços estabelecida pelo Governo e pela capacidade negocial directa entre sindicatos e patrões

O Governo ficou, assim, com as mãos livres para aplicar o que quisesse na função pública. Impôs-lhe, unilateralmente, 2,5%, no suposto de que a inflação iria situar-se nos 2%, procurando que aquele aumento funcionasse como bitola geral para os restantes sectores de actividade

Em concreto e com esta política, o Governo ditou a sentença de morte à concertação social, governamentalizou-a, como não há qualquer exemplo na história do diálogo institucional, e usurpou as suas competências

Isto é inadmissível e o Partido Social Democrata não aceita a liquidação da concertação social em Portugal

O Governo deve respeitar a concertação social, deve incentivar a negociação de um acordo com um referencial salarial mínimo e incluir uma cláusula correctiva para a eventualidade de os valores da inflação em que se baseia serem ultrapassados

No caso da função pública acresce que o Governo socialista actuou claramente de má fé e enganou os trabalhadores ao aumentar os combustíveis depois de impor a tabela salarial e de ver aprovado o Orçamento do Estado

Com esta política, os grandes sacrificados pelo Governo são os trabalhadores e o orçamento das famílias, que têm de suportar os aumentos da gasolina, do gás, dos transportes, dos passes sociais e todos os custos indirectos que aí vêm

Enquanto os trabalhadores — pasme-se! — encontram as portas fechadas por parte do Governo socialista, este escancara os seus gabinetes aos representantes dos transportes de mercadorias, coloca, em menos de 24 horas, os Ministros Pina Moura e Jorge Coelho a negociar e a ceder àquelas transportadoras compensações de dezenas de milhões de contos. É um escândalo!

O Governo é sensível, Srs Deputados, às margens de lucro dos sectores de transportes, porque teme as suas marchas lentas ou bloqueios das estradas, mas ignora os mais fracos, os trabalhadores, as famílias e as classes médias, que têm de suportar ao tostão as receitas públicas

O Governo responde com arrogância e recusa negociar com aqueles que apenas pedem justiça, a fim de verem melhoradas as suas condições de vida, mas este mesmo Governo ajoelha-se perante os poderosos.

O Governo tem dois pesos e duas medidas. Nós, Partido Social Democrata, rejeitamos esta política.

É preciso governar para todos, naturalmente que sim, com sentido de justiça social e solidariedade, mas tem de se governar sobretudo para os mais desfavorecidos e para as classes médias

#### *Aplausos do PSD*

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho Dispõe de 3 minutos

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Arménio Santos, numa passagem da sua intervenção, V Ex<sup>a</sup> pôs em relevo a contradição que existe no Governo na forma como aborda o problema dos trabalhadores e as questões dos interesses económicos, dos lobbies económicos. É sobre este ponto preciso que quero fazer alguma reflexão, para que o Sr Deputado, depois, possa desenvolver mais esta ideia

Independentemente de todas as críticas que temos em relação ao comportamento do Partido Socialista, há um aspecto que vale a pena sublinhar quando se trata de movimentações sociais, de movimentações dos trabalhadores, de reivindicações legítimas, como aquelas que estiveram presentes na greve da administração pública e de outros sectores ontem, vemos o Partido Socialista, cujo Programa, se não estou em erro, ainda diz que é um partido dos trabalhadores, a pôr reservas, obstáculos, a olhar para os trabalhadores e para as suas movimentações sempre com desconfiança, mas, quando se trata de reivindicações dos interesses económicos, dos grupos económicos, dos lobbies, como aconteceu no caso das exigências para as compensações dos grandes transportadores de mercadorias, o que encontramos por parte do Partido Socialista é uma total disponibilidade para a solução imediata dos problemas, sem reservas, sem hiatos, sem adiamentos, sem desconfianças

O Sr Artur Penedos (PS) — Olhe que não. Sr Deputado!

O Orador — Este é, de facto, um aspecto que vale a pena sublinhar

Se viesse da parte do CDS-PP ou mesmo da parte do PSD, poderíamos estar em desacordo — e estaríamos, seguramente —, mas perceberíamos, porque também foi esse, aliás, o vosso comportamento enquanto estiveram no Governo, agora, vindo da parte do Partido Socialista, não nos surpreende, mas vale a pena sublinhar esta sua profunda contradição

Aliás, uma outra questão que esteve patente, há pouco, na declaração política do Sr Deputado Artur Penedos, foi também espantosa o PS acusa o PCP de manipular as acções sociais e laborais — o meu camarada Octávio Teixeira já respondeu a isso — e, seguramente, por extensão, de estar por detrás das organizações sociais e sindicais que convocam as manifestações e as greves dos trabalhadores, mas também já ouvimos hoje, aqui, um Deputado da bancada do Partido Socialista ler as conclusões do Congresso da UGT!

Sei que a UGT não tem representação parlamentar, mas, em matéria de manipulação, acho que, como se costuma dizer, o «peixe morre pela boca». É, de facto, espantoso,

porque este é um sublinhado que se vira contra vocês, quando, anteriormente, nos acusaram dessa manipulação

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, já esgotou o tempo regimental Peço-lhe que conclua

O Orador — Sr Presidente, terminei, dizendo que, em nossa opinião, o Partido Socialista não tem de andar a querer-se dos outros, tem é de queixar-se de si próprio, das contradições em que se enreda e do facto de ter deslidianado muitos portugueses, mesmo alguns dos que votaram nele, e fê-lo com a velocidade que é visível hoje na opinião pública portuguesa e nos trabalhadores

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Artur Penedos (PS) — Sr Presidente, peço a palavra para defesa da honra da bancada

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, dar-lha-ei depois de o Sr Deputado Arménio Santos responder ao pedido de esclarecimento

Assim, tem a palavra, Sr Deputado Arménio Santos

O Sr Arménio Santos (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Lino de Carvalho, quero deixar aqui duas notas

A primeira tem a ver com a UGT. Defendemos a democracia sindical, defendemos a UGT. Mas às vezes, quando se fala muito da central sindical, nem sempre a defendemos da melhor maneira. Por exemplo, este Governo socialista, que defendia muito a concertação social, onde reclamava a presença e a posição extremamente responsável e construtiva da UGT, foi o mesmo Partido Socialista, foi o mesmo Governo socialista que «fechou para obras» o Conselho Permanente de Concertação Social. Esta foi a maior traição que o Governo socialista cometeu em relação à concertação social e à central sindical UGT, que ali foi, há instantes, defendida pelo Deputado socialista.

O Partido Social Democrata é coerente. Respeitamos, naturalmente, a autonomia e a independência do movimento sindical, defendemos o diálogo e a concertação social, mas respeitamo-lo em plenitude e não falamos apenas dele quando nos interessa e o destruímos também quando mais nos convém, que é o caso concreto, neste momento, do Governo socialista.

A segunda questão tem a ver com o problema que o Sr Deputado começou por apresentar a contradição que existe na postura política do Governo face ao tecido empresarial. Melhor dizendo, nós não generalizamos por o PS ser apenas subordinado a determinados interesses económicos mas também por ser penalizador relativamente a outros empresários — a pequena e média empresa é uma área da nossa economia normalmente desprezada pelo Governo, o qual é, contudo, profundamente sensível aos grandes interesses económicos e financeiros. Aqui talvez se coloque esta questão (é esta a leitura que fazemos) o PS vive atormentado com um complexo, o PS tem receio de assumir com equilíbrio a defesa de todos os interesses que existem numa sociedade aberta e equilibrada como a nossa. O PS, talvez para demonstrar serviço aos grandes interesses financeiros, tem uma atitude de subordinação e esquece a grande camada social, os trabalhadores e as classes médias, as famílias, que deviam ser a sua primeira preocupação.

O PSD tem uma ideia de equilíbrio dos vários interesses em presença numa sociedade como a nossa. Defendemos a empresa, defendemos a economia de mercado, defendemos a livre iniciativa. Não defendemos só quando estamos na oposição ou só quando estamos no Governo, temos uma postura rigorosamente coerente tanto quando estamos no Governo como quando estamos na oposição. E, tal como sucede no que toca ao tecido empresarial, também assim actuamos relativamente aos trabalhadores.

É neste sentido que entendemos que o PSD, hoje, assume, de forma correcta, coerente e responsável, a defesa das legítimas aspirações dos trabalhadores, dos excluídos, dos reformados, que são ignorados pelo Governo socialista.

#### *Aplausos do PSD*

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para exercer o direito regimental da defesa da honra da bancada, tem a palavra o Sr Deputado Artur Penedos

O Sr Artur Penedos (PS) — Sr Presidente, o Sr Deputado Lino de Carvalho ofende a bancada do PS quando, por um lado, afirma que há efectiva ligação do PS ao mundo laboral e, por outro, vem tentar dizer, levantando fantasmas, que o PS nada tem a ver com o movimento sindical português, com os trabalhadores, com o interesse, a defesa e a concretização das aspirações dos mais desfavorecidos. Nesta medida, sentimo-nos ofendidos porquanto V. Ex<sup>a</sup> sabe que isto não é verdade e ainda por uma outra razão.

Ao formularmos a intervenção que acabámos de fazer pretendemos — e fizemo-lo — dar grande relevo àquilo que nos parece ser, de alguma forma, a reconciliação nacional, se assim se pode chamar, no sentido de todas as forças e agentes políticos e sociais perceberem que há, efectivamente, duas centrais sindicais em Portugal e que elas, tendo obviamente caminhos e pensamentos divergentes, têm uma mesma finalidade a de defender os trabalhadores que representam. Assim, senti-me muito ofendido pela forma como o Sr Deputado formulou a questão e pretendeu retirar ao PS algo, que, por mais que tente, nunca conseguirá, que é a sua ligação ao movimento sindical, aos trabalhadores portugueses.

#### *Aplausos do PS*

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Artur Penedos, eu não disse, pelo contrário, que o PS afirma que nada tem a ver com mundo laboral. Pelo contrário! O que eu fiz foi pôr em relevo a contradição entre o facto de o PS afirmar (e suponho que isto ainda se encontram escrito no seu programa) que tem relações com o mundo laboral e que representa uma componente dos trabalhadores — e até acredito que haja uma componente dos trabalhadores portugueses que vote no PS —, tendo até um discurso radical quando está na oposição.

O Sr Artur Penedos (PS) — É falso!

O Orador — e a sua postura quando chega ao Governo, que é a de olhar o mundo laboral, os tra-

lhadores, as suas reivindicações, com profunda desconfiança,...

**Vozes do PS — É falso!**

**O Orador** — com um profundo distanciamento, nunca encontrando caminhos que lhe permitem dialogar e resolver, a fim de dar resposta aos problemas e às reivindicações legítimas que estão em cima da mesa.

**O Sr. Artur Penedos (PS)** — Isso não é verdade! Fomos nós que melhoramos as pensões de reforma!

**O Orador** — Contudo, para o mundo empresarial, para os grandes interesses económicos, está permanentemente disponível e resolve, em 24 horas, todas as reivindicações que estão em cima da mesa! Foi apenas esta contradição que pus em relevo, Sr Presidente, a contradição que advém do próprio comportamento do PS

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para tratamento de assuntos de interesse político relevante, tem a palavra o Sr Deputado Renato Sampaio

**O Sr. Renato Sampaio (PS)** — Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. O Governo apresentou no passado dia 14 de Abril, o Programa Polis, programa que estabelece as linhas mestras da política de requalificação urbana e valorização ambiental. A dimensão e ambição do programa são bem reveladoras do seu significado político por um lado, assume-se, pela primeira vez, uma política das cidades, por outro, assumem-se as questões urbanas como uma verdadeira prioridade na agenda política do ambiente

Este programa e a política que corporiza vêm confirmar o acerto da decisão de juntar o ambiente e o ordenamento do território num mesmo Ministério, criando as condições para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento sustentável do nosso espaço urbano. Com efeito, a decisão de juntar ambiente e ordenamento está longe de ser apenas uma mera questão de articulação orgânica. Este programa Polis revela que se trata de uma opção política com o objectivo de incorporar e potenciar as preocupações ambientais na política de ordenamento e de dar ao Ministério do Ambiente os instrumentos de política necessários e indispensáveis à afirmação de uma nova política para as cidades

Depois da aposta e do empenhamento do anterior governo do Engenheiro António Guterres na resolução das infra-estruturas básicas de primeira geração — o abastecimento público de água, o tratamento de águas residuais e o tratamento adequado de resíduos sólidos urbanos —, com os resultados francamente positivos que se conhecem, o Governo, através do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, aponta-nos agora o caminho para uma nova política dos espaços urbanos, fechando-se o ciclo da arte de construir e abrindo-se um novo ciclo que designamos por arte de projectar. As cidades são, na sua essência, o cenário físico da vida humana e, elas próprias, um corpo social que evolui segundo as novas e variadas formas de organização da sociedade. Contudo, esta evolução deve ser sempre acompanhada de uma política assente no planeamento e numa superior forma de as projectar, nas quais as pessoas estão em primeiro lugar.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, uma verdadeira política de cidades tem de ter sempre presente que os seus elementos móveis — pessoas e actividades — são bem mais importantes do que as suas partes físicas e imóveis. As pessoas, sobretudo estas, não poderão ser simples observadores do espectáculo, bem pelo contrário, deverão fazer parte activa do mesmo, participando no palco e, sobretudo, deverão ser os elementos catalisadores e mobilizadores das mudanças que permanentemente se operam nas sociedades em mutação.

Por isso, as cidades de hoje e do futuro deverão proporcionar elevados padrões de qualidade de vida, constituindo-se em pólos urbanos atractivos e competitivos, só possíveis de atingir melhorando o ambiente urbano, valorizando os espaços públicos e garantindo as infra-estruturas de qualidade, tendo sempre presente a defesa e conservação do património natural e cultural.

Nesta perspectiva, é necessário ter uma nova atitude perante o desenho urbano e a arquitectura, no sentido de estas formas de cultura tecnológica ganharem a dimensão e importância que se exige numa sociedade moderna.

Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. É neste quadro que o Programa Polis ganha real importância, como programa que se propõe desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana, com uma forte componente de valorização ambiental, contribuindo para a revitalização dos centros urbanos e melhorando os padrões de qualidade de vida nas nossas cidades. Nos centros urbanos, valorizar os elementos ambientais por exceléncia, como são as frentes de rio e de mar, aumentar as zonas verdes e devolver os espaços públicos aos peões, são componentes do programa que devemos destacar.

Nos seus princípios orientadores, o Programa Polis contém os quatro grandes propósitos fundamentais, que devem ser a essência de uma cidade viva, dinâmica e ambientalmente sustentável, os de construirmos cidades verdes, cidades digitais, cidades do conhecimento e entretenimento e cidades intergeracionais.

Vejamos cidades verdes, porque ao ambiente será atribuído, em todas as suas vertentes, um papel essencial e uma opção estratégica no seu desenvolvimento, cidades digitais, porque serão vocacionadas para uma cultura de aplicação, participação e utilização dos serviços digitais e das novas tecnologias de comunicação, cidades do conhecimento e entretenimento, porque serão dotadas de infra-estruturas científicas e tecnológicas, onde os espaços culturais e de diversão sejam componentes harmoniosos e identificadores da imagem de uma cidade moderna; e cidades intergeracionais, porque serão potenciadoras da convivialidade e entrosamento entre os diversos grupos etários e sociais que constituem a sua população e que são a sua verdadeira razão de ser.

É neste contexto que o Programa Polis está estruturado com quatro componentes de intervenção:

Na primeira componente num primeiro momento, contempla cidades que, pela exemplaridade dos seus projectos ou cidades identificadas como enquadrando-se nos objectivos do programa, fazem parte de um plano pré-selecionado de intervenções, e, num segundo momento, o programa contempla candidaturas abertas, abrangendo intervenções que venham a revelar-se de mérito e que se enquadrem dentro dos seus parâmetros de exigências.

Na segunda componente, estão as áreas classificadas como Património Mundial, as áreas de realojamento e as intervenções em pólos diversificados que tenham impacte positivo na qualidade da vida urbana encontram-

-se na terceira e quarta componentes do Programa, respectivamente

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados Se atentarmos ao espaço geográfico das intervenções já seleccionadas, verificamos que, no Programa Polis, existiu a preocupação de diversificar as intervenções nos corredores do litoral e do interior e em cidades com dimensões diversificadas

Também a estrutura financeira do Programa Polis está ela já rigorosamente definida Assim, as suas fontes de financiamento, num total de 160 milhões de contos, são 92 milhões de contos, dos fundos comunitários, 26 milhões de contos, das autarquias locais, 26 milhões de contos, da administração central, e 16 milhões de contos de autofinanciamento Nesta linha de estrutura, também os valores para cada uma das componentes do Programa estão já atribuídos 125 milhões de contos para a componente um, quatro milhões de contos para a componente dois, 10 milhões de contos para a componente três, e 21 milhões de contos para a componente quatro

A forma encontrada para concretizar o Programa Polis, com a constituição de empresas entre a administração central e o poder local, é, sem dúvida, uma forma feliz e correcta por permitir a participação e mobilização dos agentes locais e concentrar os recursos financeiros em acções concretas e exemplares que encerram toda a filosofia do Programa Toda a gente sabe — por experiências anteriores — que a execução de projectos de requalificação urbana é difícil, principalmente em razão do elevado número de instituições com tutelas conjuntas no território urbano

Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados Aproveitar a experiência bem sucedida da EXPO, confiando a empresas públicas formadas pelo Governo e pelas autarquias e dotadas dos poderes necessários é uma garantia de eficácia e demonstra uma preocupação pela execução dos projectos que é grato assinalar

Devemos reconhecer que é nas cidades que se vivem hoje os maiores dramas ambientais e que é nas cidades que a prioridade ao ambiente é mais sentida

**Vozes do PS.** — Muito bem!

**O Orador.** — A elevação dos padrões ambientais das nossas cidades é fundamental para que as cidades portuguesas possam ser mais competitivas, mais dinâmicas e mais inovadoras O êxito económico do nosso País depende em longa medida das nossas cidades É por isso que, com satisfação, exprimimos um sentimento de confiança quer no Programa em si mesmo quer na equipa que o vai implementar e, sobretudo, no Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território

Portugal, com este Programa Polis, tem finalmente uma política para as cidades

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado José Eduardo Martins

**O Sr José Eduardo Martins (PSD)** — Sr Presidente, Sr Deputado Renato Sampaio, começo por dizer que tenho muito apreço pela opinião do Sr Deputado, com quem tenho tido o gosto de trabalhar em sede comissão, e que partilho muito do diagnóstico que aqui fez sobre o que

de muito falta fazer na requalificação urbana das nossas cidades Contudo, o que todos compreendemos é que esta intervenção do Sr Deputado Renato Sampaio era, obviamente, necessária depois do — gostaria de utilizar a expressão «*fait divers*», mas ela foi tão mal utilizada num passado recente que não vou fazê-lo —..

**O Sr José Magalhães (PS)** — Utilize, utilize!

**O Orador** — que aconteceu na semana passada no Grupo Parlamentar do PS com as críticas certeiras dirigidas pela Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta ao que se passa com o Programa Polis

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — Portanto, esta é a necessária resposta política à Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta do Grupo Parlamentar do PS e deve ser entendida nessa medida Ainda assim, há duas ou três perguntas que não posso deixar de fazer ao Sr Deputado Renato Sampaio

Em primeiro lugar, gostaria de saber se concorda com a atribuição aos 18 projectos já escolhidos, sem qualquer tipo de concurso, da «*fatura de leão*» em parte fechada do Programa Polis

**O Sr António Capucho (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — Parece-lhe ser este o método adequado?

Em segundo lugar, para esses projectos em linha aberta, que são fundamentais, porque, como é óbvio, «uma andorinha não faz a Primavera» e 18 cidades não esgota o problema da requalificação urbana em Portugal, gostaria de saber se, em seu entender, os 21 milhões de contos em linha fechada vão servir efectivamente para fazer alguma coisa de sério nessa matéria

Por outro lado, não posso deixar de ficar espantado, depois de tudo o que tem vindo a lume esta semana sobre a gestão da Sociedade Parque EXPO 98, S.A., com o facto de o PS continuar a insistir em repetir o mesmo erro, querendo dar estes 160 milhões de contos à gestão da Parque EXPO! Então, não é já demasiadamente óbvio que nada mais pode, nem deve, ser feito neste País com aquele modelo de gestão?! Então, estes 160 milhões de contos são para ser geridos como foi toda aquela fatura destinada à animação da EXPO, tal como veio a lume no *Diário de Notícias*, com contratantes e contratados na mesma pessoa, com, aliás, toda a delapidação do quadro normativo, constitucional e legal que atribui responsabilidades às autarquias locais?! É este o modelo do PS para futuro?! Sempre que houver meia dúzia de milhões de contos para gerir, passa-se um atestado de incompetência ao poder local e cria-se uma sociedade com poderes excepcionais para gerir este dinheiro?

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — Se é assim, não comprehendo e já não posso acreditar nas boas intenções!

*Aplausos do PS*

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Renato Sampaio

**O Sr Renato Sampaio (PS)** — Sr Presidente, Sr. Deputado José Eduardo Martins, em primeiro lugar, quero dizer-lhe que isto não é nenhuma resposta à Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta. Aliás, se tivesse estado atento tinha verificado que eu já estava inscrito na semana passada para fazer esta intervenção e que ela só passou para esta semana por manifesta falta de tempo no período de antes da ordem do dia, e posso garantir-lhe que não alterei uma vírgula na minha intervenção, em função do que foi dito pela Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Isso é que foi pena!

**O Orador** — A segunda questão tem a ver com o problema da estrutura financeira e do programa fechado. É evidente que concordo com o programa para estas 18 cidades. São 18 cidades que têm projectos em fase adiantada de execução e, por isso, se queremos abreviar e aproveitar os fundos comunitários, temos de aproveitar os projectos que temos, desde que, obviamente, eles se enquadrem dentro do espírito do programa, o que é o caso.

Por outro lado, Sr Deputado, quero dizer-lhe que nada lhe garante, antes pelo contrário, que, para a parte aberta, só sejam necessários 21 milhões de contos. O que acontece é que temos candidaturas na parte aberta, na quarta componente, temos candidaturas na terceira componente e temos candidaturas, fundamentalmente, na primeira componente, ela própria também subdividida em duas partes. E há, ainda, a questão das cidades património mundial, mas essa está resolvida, porque elas estão definidas.

Como dizia, o que acontece é que os 125 milhões de contos são para a primeira componente, que tem os projectos fechados — estes 18 — e tem as candidaturas abertas, num segundo momento, o que significa que para as candidaturas abertas vão ser muito mais do que os 16 ou 20 milhões de contos que o Sr Deputado referiu.

Por outro lado, quero dizer que, em relação ao problema da Sociedade Parque EXPO 98, S.A., do meu ponto de vista, o que deve ser aproveitado é aquilo que ela tem de positivo, que é o *know-how* na gestão deste tipo de projectos.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Nem pensar!

**O Orador** — pelo que, provavelmente, o Governo vai apostar nesta empresa, corrigindo obviamente, se for necessário, alguns percalços de percurso que a própria sociedade tem.

#### Aplausos do PS

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Manuel Queiró

**O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP)** — Sr Presidente, Srs Deputados Segundo insistentes notícias postas a circular, o Governo tenta «apropriar-se» do Metro do Porto. Se essas notícias corresponderem à verdade, estamos em presença da maior intromissão na vida própria do poder local jamais verificada em Portugal.

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Sr. António Capucho (PSD)** — Muito bem! É um assalto!

**O Orador** — Dizemos isto com a autoridade que assiste a quem combateu e recusou o modelo de regionalização que o PS tentou impor e, simultaneamente, apostou nas formas actualmente existentes de poder local para uma expressão efectiva de autogoverno municipal e supramunicipal.

O que, segundo o nosso ponto de vista, se está a passar é o seguinte o projecto do Metro do Porto, iniciativa inteiramente local desde a sua primeira concepção.

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — tem, na opinião pública, uma imagem desfavorável, porque às sucessivas promessas e expectativas não corresponde, até hoje, concretização visível.

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — E o Governo central, no momento em que sabe que as obras estão prestes a começar e nas vésperas da inversão da imagem negativa que actualmente recai sobre as autarquias do Grande Porto, pelos atrasos e pela não visibilidade da obra, quer apropriar-se do projecto, fazendo reverter a seu favor os resultados do trabalho dos outros.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — É, a nosso ver, muito grave este ataque ao poder local.

**O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP)** — É uma golpada!

**O Orador** — O PP quer exprimir aqui a sua solidariedade a todos os autarcas que, no passado e no presente, contribuíram e contribuem para a realização desta obra, independentemente dos partidos em que militam, e a sua disposição de tudo fazer para impedir este acto de «canibalismo» político que se prepara.

Os Deputados do PP visitaram, neste fim-de-semana, o estaleiro de Campanhã e tiveram ocasião de perceber que a tuneladora vai arrancar dentro de dias e que o túnel Campanhã-Trindade estará concluído em nove meses, abrindo caminho à concretização visível da primeira fase do projecto.

Pois é neste momento que o Governo.

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Sr Deputado, o seu tempo esgotou-se Peço-lhe que conclua

**O Orador** — Vou concluir rapidamente, Sr Presidente. Ora, é neste momento, dizia, que o Governo central avança sobre o Metro do Porto, no sentido de retirar às autarquias a condução do seu maior projecto de sempre,

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — .. pretextando atrasos, incompetências e a necessidade de uma humilhante intervenção superior.

Mais do que grave, Srs Deputados, este ataque é intolerável!

A Assembleia da República, particularmente os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral do Porto, mas igualmente todos os Deputados a quem também cabe a defesa da dignidade do poder local, em Portugal, não pode assistir indiferente à preparação deste autêntico golpe.

**Vozes do CDS-PP — Muito bem!**

**O Orador** — Sr. Presidente e Srs Deputados, o CDS-PP vai entregar, hoje, na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares o pedido de um debate de urgência sobre este assunto

**O Sr José Magalhães (PS) — Que imaginação!**

**O Orador** — Estamos convencidos de que, nesta Assembleia, existem forças suficientes para impedir o que se prepara

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Inscreveram-se dois Srs Deputados para pedir esclarecimentos, mas o Sr. Deputado Manuel Queiró não dispõe de tempo para responder e a Mesa não pode conceder-lho, porque tem de cumprir o resto da agenda. Assim, os Srs Deputados que quiserem usar da palavra sobre esta matéria poderão inscrever-se para o fazer noutra ocasião

**O Sr Manuel dos Santos (PS) — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr Presidente**

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Faça favor, Sr Deputado**

**O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, nem sei quem é o outro Sr Deputado que se inscreveu para pedir esclarecimentos, mas, pela minha parte, dou 1 minuto ao Sr Deputado Manuel Queiró para que possa responder à minha questão**

**O Sr Honório Novo (PCP) — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr Presidente**

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Faça favor, Sr Deputado**

**O Sr Honório Novo (PCP) — Sr Presidente, naturalmente, também cedo 1 minuto ao Sr Deputado Manuel Queiró para responder à minha pergunta**

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Então, nesse caso, suponho que cada um dos Srs Deputados também usará de apenas 1 minuto para formular as perguntas, para se criar uma igualdade de circunstâncias**

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

**O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, o meu pedido de esclarecimento não tem necessariamente de ser de 1 minuto, tenho os meus direitos regimentais. De qualquer maneira, procurarei ser muito rápido**

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, é por uma questão de equidade, é só por isso que lho peço**

**O Orador — Vou tentar ser equitativo ou, pelo menos, respeitar esse seu princípio, Sr Presidente**

Sr Deputado Manuel Queiró, o que está em causa não é, com toda a franqueza, uma intervenção inadequada na área do poder local. O que está em causa — e o senhor sabe-o muito bem — é a evolução de um modelo de

conflitualidade para um modelo de cooperação. De facto, nos últimos tempos, esse modelo de conflitualidade acentuou-se de forma verdadeiramente exponencial, a partir do momento em que a Junta Metropolitana do Porto passou a ter a configuração que tem

Ora, não acredito que o Sr Deputado Manuel Queiró quisesse que o Governo e até a própria Assembleia da República, designadamente os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral do Porto, ficassem indiferentes ao facto de se estar a agudizar, dia a dia e de forma, como disse, progressiva e exponencial, essa mesma conflitualidade

**O Sr José Magalhães (PS) — Sensatas palavras!**

**O Orador** — O que os portuenses desejam, Sr Deputado, incluindo V Ex<sup>a</sup>, que também é utente dos serviços públicos do Porto, é que haja metropolitano, e metropolitano que sirva os utentes e a população do Porto. E toda a gente já percebeu, incluindo V Ex<sup>a</sup> — sobre isso não tenho dúvida alguma —, que não haveria metropolitano nenhum se ele continuasse sob a condução dos actuais e principais dirigentes da Junta Metropolitana do Porto

**O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — É inacreditável!**

**O Orador** — Portanto, foi tão-só isso que se passou, não há qualquer interferência da administração central na administração local, pelo contrário. O que há, repito — e termino como comecei —, é a evolução de um modelo de conflitualidade para um modelo de cooperação, que é, no momento actual, o único capaz de resolver este complexo problema

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo**

**O Sr Honório Novo (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel Queiró, há cerca de dois meses, abordei esta questão aqui no Plenário, pelo que agradeço-lhe, Sr Deputado, a sua intervenção sobre o mesmo assunto**

Sr Deputado, a pretexto e a propósito do Metro do Porto, há responsabilidades inequivocas, às quais o Governo não pode fugir

**Vozes do CDS-PP — Muito bem!**

**O Orador** — Não pode fugir, pelos atrasos sucessivos de diverso tipo, a Junta Metropolitana do Porto, seja esta ou a anterior, e não podem fugir a essas responsabilidades, por atrasos sucessivos na obra do metropolitano, este Governo e o anterior —

**Vozes do CDS-PP — Muito bem!**

**O Orador** — e quando digo anterior, refiro-me não só ao do PS mas também ao do PSD

**O Sr António Capucho (PSD) — Isto é que era bom!**

**O Orador** — E enquanto isto se passa, a população do Porto continua a «ver o metro por um canudo». Esta é que é a realidade!

E, agora, o Governo, «feito anjo celestial», «feito São Jorge não se sabe de quê», quer intervir, provavelmente ao arrepio do controlo democrático da população e das autarquias, para provavelmente meter lá mais alguns *boys* nos respectivos empregos.

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

*Protestos do PS*

**O Orador** — desprezando todo um passado de 10 anos, todo um atraso de muitos anos, pelo qual o Governo é igualmente responsável e do qual é igualmente fautor

*Aplausos do PCP e do CDS-PP*

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para responder, tem a palavra, por 2 minutos, cedidos um pelo PS e outro pelo PCP, o Sr Deputado Manuel Queiró

**O Sr Manuel Queiró (CDS-PP)** — Sr Presidente, Srs. Deputados, os atrasos na construção do Metro do Porto têm sido usados como pretexto do que se prepara — e é bom que falemos dos atrasos de uma forma descomplexada e realista, como fez o Sr Deputado Honório Novo

Desde o lançamento da ideia, em 1989, à formação da empresa em 1993/94, à contratação da obra, em 1998, e ao lançamento da primeira fase dos trabalhos, tudo isto foi um processo extremamente complexo, ao qual os governos e a Assembleia dispensaram uma «atenção distraída». Se representantes dos vários partidos na Assembleia da República já se tivessem deslocado ao Metro do Porto, como o PP propôs desde o início da Legislatura, em trabalho de comissão, poderiam testemunhar que, apesar da complexidade da obra, numa década, se conseguiu iniciar as obras do Metro do Porto, coisa que, por exemplo, no Metro de Lisboa não se verificou, pois aí passaram-se décadas entre uma coisa e outra, embora seja certo que noutra época completamente diferente.

É que, em democracia, o poder local, com ausência de meios — relembremos que o poder local, em Portugal, tem 7% dos recursos públicos à sua disposição —, não tem capacidade para lançar, de imediato, uma obra destas. Muitos dos atrasos devem-se, pois, à dificuldade de obtenção de financiamentos e os governos têm muita responsabilidade em tudo o que se passou.

Ora, quando chegamos a esta fase, pretextando a conflitualidade própria de câmaras que discutem entre si um modelo de transportes — mas não esqueçamos que, nas competências do poder local e, nomeadamente, das áreas metropolitanas, deve estar a organização de um modelo de transportes e de um sistema de transportes integrado —, o Governo prepara-se para desrespeitar tudo isto e fazer uma operação política habilidosa, mas não tão habilidosa quanto isso, porque é preciso e é possível denunciá-la. Com essa operação política, o Governo prepara-se para dizer aquilo que o Sr Deputado Manuel dos Santos — incrivelmente, sendo um Deputado eleito pelo círculo eleitoral do Porto — já estava a sublinhar, ou seja, que não há metropolitano enquanto as autarquias andaram a tentar fazê-lo, mas o Governo intervém e aparece o metropolitano.

**O Sr Manuel dos Santos (PS)** — Enquanto o Engº João Porto estiver à frente!

**O Orador** — É este acto de prestidigitação política, feita à custa das autarquias, que é preciso denunciar desde já e que os Deputados, particularmente os eleitos pelo círculo eleitoral do Porto, devem recusar.

**O Sr Manuel dos Santos (PS)** — Estava a referir-me ao Engº João Porto! O senhor é que não quis entender!

**A Sr<sup>a</sup> Helena Roseta (PS)** — Peço a palavra, Sr Presidente

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para que efeito, Sr<sup>a</sup> Deputada?

**A Sr<sup>a</sup> Helena Roseta (PS)** — Para uma interpelação à Mesa, desde há longos minutos atrás, que, neste momento, está já algo desfasada, em relação ao debate. Em todo o caso, julgo que o Sr Presidente me concederá o direito a fazer a interpelação.

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Tem a palavra, Sr<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr<sup>a</sup> Helena Roseta (PS)** — Sr Presidente, o motivo da minha interpelação é o seguinte: houve aqui uma intervenção de um camarada da minha bancada sobre o Programa Polis, que aplaudo, porque efectivamente é um programa importante, e houve uma pergunta, por parte de um Sr Deputado da bancada do PSD, relacionada com um requerimento que eu teria feito ao Governo sobre este programa.

A minha interpelação é no sentido de perguntar a V Ex<sup>a</sup> se me confirma que, nos termos constitucionais, o poder de fazer perguntas e requerer esclarecimentos ao Governo é de todos os Deputados, mas que a resposta compete ao Governo e não aos outros Deputados.

Portanto, naturalmente, não é da minha bancada que espero a resposta ao meu pedido de esclarecimento mas, sim, do Governo. Desde já, através de V. Ex<sup>a</sup>, gostaria também de dizer que logo que tenha os meus pedidos de esclarecimento os facultarei a todas as bancadas, porque penso que, para todos nós, é importante saber mais sobre o Programa Polis do que aquilo que já sabemos.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — E sabemos muito pouco!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta, é óbvio que o poder para formular requerimentos cabe a cada um dos Deputados, individualmente. É o que está consagrado na própria Constituição. E, obviamente, é ao Governo que cabe responder.

Faço notar que ficam com a palavra reservada para amanhã, para tratar de assunto político de interesse relevante, a Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Manso e o Sr. Deputado Casimiro Ramos.

Para apresentar o voto n.º 66/VIII — De protesto contra a requisição civil dos maquinistas (BE), tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda.

**O Sr Luís Fazenda (BE)** — Sr Presidente, pedi a palavra para justificar a apresentação de um voto de protesto contra a requisição civil dos maquinistas. Já aqui intervii, a este propósito, no passado dia 3 de Maio. Portanto, e em pouquíssimas palavras, a minha intervenção será apenas uma recordatória.

Não se trata, aqui, em toda a sua extensão, de analisar este conflito laboral mas, sim, de analisar o que se extrai dele em matéria de exercício do direito à greve

O que se passou foi uma definição unilateral, pelo Governo, do direito aos serviços mínimos, retomando uma prática do governo do Professor Cavaco Silva que o Tribunal Constitucional já tinha considerado ilegal e que a maior parte da doutrina também considera ilegal. Pudemos ler isto mesmo em todos os jornais do fim-de-semana

Esse tipo de atitude por parte do Governo «envenenou» todo o processo negocial, culminando numa requisição civil desproporcionada e desproporcionada, a todos os títulos, em relação ao desenvolvimento da situação

No sentido de defender o exercício do direito à greve, de apelar ao fim da requisição civil dos maquinistas e de ser retomado o caminho do diálogo, tão apregoado, mas tão pouco praticado, o Bloco de Esquerda apresenta este voto consciente que é necessário, em cada momento e em todas as circunstâncias, defender o exercício do direito à greve, em relação a quaisquer tentativas de o amputar ou limitar, mesmo que seja sob a face diáfana da limitação técnica por causa dos transtornos das populações. As populações sentem os transtornos, mas também nunca poderão apoiar um processo de limitação de direitos constitucionais, de direitos que foram alcançados com o 25 de Abril e com a decorrência da prática democrática, em Portugal

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para intervir, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

**O Sr Manuel dos Santos (PS)** — Sr Presidente, a minha intervenção é muito rápida, muito simples e espero que relativamente pacífica

Penso que comprehendo bem as preocupações do Sr. Deputado Luis Fazenda, das quais também comungo. Considero que a requisição civil tal como a greve são recursos que só devem ser utilizados em circunstâncias excepcionais

A greve também não deve ser vulgarizada, só devendo ser utilizada quando estão esgotados todos os meios de dirimir os conflitos. Mas nós vivemos num Estado de direito, que está regulado e o que é, ou pode ser, criticável nos executivos, nos governos, independentemente de ser este, o anterior ou os anteriores, é o incumprimento das regras do Estado de direito

Não me parece que V. Ex.<sup>a</sup> tenha referido que houve um incumprimento da legislação em vigor, em Portugal, e sobretudo não me parece, mesmo que o tenha referido, que esse incumprimento se tenha verificado neste caso concreto

O que esteve em causa foi um conflito, que opôs uma minoria de trabalhadores — e o conflito e a minoria são respeitáveis — à entidade patronal, directamente, mas também, indirectamente, a um conjunto de utentes que necessitava de utilizar os transportes públicos para contribuir para a riqueza do País. Penso que não há comparação possível entre a tal minoria respeitável — insisto — a que atrás me refiro e a maioria, a esmagadora maioria, que teve problemas com essa greve. O Governo arbitrou, obviamente, e bem, tentando minimizar — segundo a sua expressão, mal — as consequências para a economia nacional e para a estabilidade da sociedade

Naturalmente, um problema de transportes pode contribuir para a instabilidade das respectivas sociedades e nem quero crer que V. Ex.<sup>a</sup>, ao fazer a defesa que faz dessa

minoria, tenha, ainda que subliminarmente, na sua cabeça, a ideia de contribuir para essa mesma instabilidade. Não o quero crer nem sequer o estou a referir

**O Sr José Magalhães (PS)**: — Muito bem!

**O Orador** — Mas, efectivamente, o que estava em causa era exactamente isto. Portanto, o Governo usou as competências que a lei lhe faculta, a sua autoridade democrática e também a sua capacidade de diálogo, uma vez que as negociações continuam e, em termos justos e correctos, acabarão por chegar a um fim aceitável para ambas as partes

Por conseguinte, como compreenderá, Sr. Deputado Luís Fazenda, não pode o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acompanhá-lo nas críticas que formulou ao Governo e, por maioria de razão, aprovar o voto que VV. Ex.<sup>as</sup> apresentaram nesta Câmara.

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Srs Deputados, não há mais inscrições para usar da palavra sobre esta matéria

Julgo poder deduzir do artigo 78.º do Regimento que, na falta de um pedido de adiamento da votação, ela deve fazer-se no próprio dia em que o voto é apresentado.

Assim, Srs Deputados, vamos votar

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar o voto n.º 66/VIII, da iniciativa do BE

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PCP, de Os Verdes e do BE*

*Era o seguinte*

Considerando que o Governo procurou impor serviços mínimos à greve decretada pelo Sindicato dos Maquinistas, envolvido numa luta pela alteração do quadro de carreiras dos seus associados, e que essa imposição era ilegal dado que compete ao sindicato definir, em conjunto com a administração e o Ministério do Trabalho, esses mesmos serviço mínimos,

Considerando que o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade da definição unilateral de serviços mínimos, tal como preconizado então pelo governo do Professor Cavaco Silva, e que o actual Governo retomou essa prática inconstitucional,

Considerando que o Sindicato tinha, nesta base, o direito de contestar a decisão do governo, como o fez propondo uma providência cautelar no tribunal,

Considerando que o Conselho de Ministros decidiu, hoje, a requisição civil dos maquinistas, o que constitui um atentado contra o direito, constitucionalmente garantido, à greve,

A Assembleia da República manifesta a sua crítica à deliberação do Conselho de Ministros, apela ao fim da requisição civil e à retomada de negociação para a solução do diferendo

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Srs Deputados, o Sr Secretário vai dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Ética, referente à retoma e substituição de Deputados.

**O Sr Secretário (José Reis)**. — Sr Presidente e Srs Deputados, o relatório e parecer refere-se à retoma

de mandatos dos Srs Deputados Santinho Pacheco (PS), a partir do dia 8 de Maio, inclusive, e Heloísa Apolónia (Os Verdes), a partir de 9 de Maio, inclusive, cessando os Srs Deputados Victor Moura e Fernando Pésinho, respetivamente; e à substituição da Sr<sup>a</sup> Deputada Maria José Campos (PS), por um período não inferior a 45 dias, a partir do dia 8 de Maio, inclusive, pelo Sr Deputado Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca.

A Comissão emitiu o seguinte parecer: as retomas de mandatos e a substituição em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Srs Deputados, está em apreciação

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade*

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de outro parecer da Comissão de Ética

**O Sr. Secretário (José Reis)** — Sr Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 1º Juízo do Tribunal da Comarca de Santo Tirso, no âmbito do processo n.º 23/00 — Carta Precatória, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado João Moura de Sá a prestar depoimento, como testemunha, por escrito, querendo

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Srs Deputados, está em apreciação

Não havendo inscrições, vamos votar o parecer

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade*

Terminámos o período de antes da ordem do dia

*Eram 17 horas*

#### ORDEM DO DIA

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Srs Deputados, vamos proceder à apreciação do inquérito parlamentar n.º 5/VIII — Apreciação dos actos do Governo referentes à participação da ENI e da Iberdrola no capital da GALP, SGPS (PSD). De acordo com o que foi combinado na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, cada grupo parlamentar e o Governo, se estiver presente, disporá de 5 minutos

Para intervir, tem a palavra o Sr Deputado Jorge Neto

**O Sr Jorge Neto (PSD)**. — Sr Presidente, Srs. Deputados: A constituição da comissão parlamentar de inquérito para apreciação dos actos do Governo que conduziram à entrada dos grupos ENI e Iberdrola no capital da GALP, SGPS, S.A. é um imperativo de consciência, um tributo aos mais elementares princípios de transparência e de clareza do processo de decisão político, uma exigência na perspectiva de defesa do interesse nacional, e um irrefragável dever de fiscalizar a actividade do executivo numa área estratégica nuclear da economia, como é a da energia

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — Impõe-se dizer, sem subterfúgios nem sofismas, que nesta sede, como infelizmente em muitas outras da acção governativa, o executivo do Partido Socialista andou mal

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — Direi mesmo que andou muito mal. Prometendo ontem uma coisa, mas fazendo, hoje, outra, mandando às urtigas os compromissos assumidos perante o País e fazendo vista grossa do interesse público

Efectivamente, é bom não esquecer que a GALP, SGPS, S.A., foi criada em Abril de 1999 com o desiderato anunciado de criar um grupo português no sector energético internacionalmente competitivo, agrupando os subsectores energéticos num único modelo organizativo que potenciasse as complementaridades e sinergias dos vários operadores. Mas sempre, sempre, com o centro de decisão em Portugal

Na esteira dessa linha programática, o Governo viria a jusante, em Julho de 1999, avançar com um modelo de privatização, por via do qual o Estado manteria uma posição maioritária e conferiria aos accionistas privados nacionais, agrupados na PETROCONTROL, uma posição de minoria de bloqueio de 33,34 %

A estratégia traduzia-se, então, pela manutenção *ad futurum* desse accionista nacional de referência, que funcionaria como minoria de bloqueio e como baluarte do interesse nacional, em todas as operações subsequentes de privatização da GALP, SGPS, S.A.

Assim, o sector energético seria controlado e mantido em mãos nacionais, designadamente pela sobredita detenção de 33,34% do capital da holding pela PETROCONTROL e, bem assim, pela intenção repisadamente anunciada de limitar a uma participação de 15% a entrada de um parceiro estratégico, que o desenrolar dos acontecimentos veio a identificar como sendo os grupos ENI-Iberdrola

Ao arrepio do enfaticamente expendido na motivação dos diplomas legais de Abril e Julho de 1999, que deram corpo e alma à GALP, SGPS, S.A., e à revelia ainda do que se aduzia no seu recente Programa de Governo, quanto à reorganização do sector energético nacional, o Governo, no dealbar deste ano, deu à estampa, num inaudito *tour de force*, uma intolerável e inimaginável inflexão da linha estratégica anteriormente traçada

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — O accionista nacional de referência — a PETROCONTROL — deixa de o ser. A minoria de bloqueio da PETROCONTROL, traduzida por uma participação relevantíssima de 33,34% do capital social da GALP, SGPS, S.A., transmuda-se, num ápice e de supetão, para o grupo italiano ENI

Manda a verdade dizer que, com a aludida aquisição, este grupo, per si, detém, hoje, um papel crucial no crito e na prolação das decisões de maior relevância societária da GALP, SGPS, S.A. e, consequentemente, do sector energético nacional

Ademais, o grupo espanhol Iberdrola passa igualmente a deter uma posição de 4% e o Estado, para espanto de todos nós, evolui de uma posição maioritária de 60,51% para uma posição minoritária de 35%

Divisa-se no horizonte, e a breve trecho, a tomada de controlo do sector energético português por parte do grupo italiano ENI. É bom rememorar que no segundo semestre de 2001 proceder-se-á, com toda a probabilidade,

à alienação da participação social que o Estado ainda detém, transitoriamente, na GALP, SGPS, S.A E, ao ocorrer essa alienação no mercado, nada, rigorosamente nada, impedirá que o grupo estrangeiro ENI volte a adquirir uma participação social, que, somada àquela que hoje já detém, lhe conferirá o controlo maioritário da GALP, SGPS, S.A

Numa área quase monopolista de oferta, como é o caso particular da energia, e conhecida como é a sua transversalidade estruturante em toda a economia portuguesa, flui de uma forma linear e lapidar o acerto da angústia e o bem fundado receio de todos aqueles quantos, no exercício empenhado das suas actividades, pugnam também pela defesa do interesse nacional

São as associações empresariais a lamuriar-se de tal desconchavo, são os *experts* do sector da energia a passarem de espanto, são ainda diversos responsáveis políticos a verberar tal desnorteio

O Governo, esse, pauta a sua conduta por aquilo que um dia Fernando Pessoa, singularmente, definiu como o «silêncio mormo e nevoento». A deriva deste Governo, e, em particular, do Ministro da tutela, na condução da política energética antolha-se evidente Por demais evidente!

A notícia da demissão do Presidente da PETROGAL, Engº Manuel Ferreira de Oliveira, é mais um sinal claro disso mesmo. Que razões ponderosas poderão ter estado na génesis da sua aparentemente inopinada demissão?

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Sr Deputado Jorge Neto, o seu tempo esgotou Faça o favor de concluir

**O Orador** — Será difícil intuir, aqui, uma indelével dissensão quanto à capitulação da política do Governo na reorganização do sector energético nacional? E, já agora, porquê o silêncio que anunciadamente lhe teria sido imposto? É este o acervo das questões mais relevantes que ao inquérito parlamentar cumpre dilucidar

Dissipando dúvidas, esclarecendo obscuridades, engindo, em suma, a transparência dos negócios do Estado em valor perene e arredio de qualquer laivo de mácula ou de suspeição, como é vez de informador de um Estado de direito

Viabilize-se o inquérito, faça-se luz, esconjure-se a falácia do filósofo Pangloss de Voltaire, que alguns de entre nós, candidamente, ainda secundam, de que tudo vai pelo melhor no melhor dos mundos

Que emerja a verdade!

*Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Sr Presidente, Srs Deputados O Grupo Parlamentar do CDS-PP vai votar favoravelmente o presente pedido de inquérito parlamentar por razões de fundo

Entendemos e compreendemos que a globalização e a inserção de Portugal em mercados altamente competitivos levam à adopção de determinadas políticas susceptíveis de limitar as decisões internas do Estado português, mas não podemos compreender nem admitir que sectores estratégicos da nossa economia, de cujas decisões depende em larga medida a independência nacional, possam ser transferidos de ânimo leve para mãos estrangeiras, estando incluído nesses sectores o da energia

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Creio que o Governo, até ao final deste ano, pensava como nós.

Lembro-me, Sr Deputado José Penedos, que o Sr Secretário de Estado, primeiro, e o Sr Ministro, depois, vieram a esta Câmara garantir que em condição alguma o sector energético seria transferido, em termos de decisões, para fora do nosso país No entanto, o que tem vindo a verificar-se no que toca ao sector energético (combustíveis, gás, etc.), com espanto, pena e alta preocupação do nosso partido, é precisamente o contrário

Depois da elaboração de dois decretos-leis (o primeiro criou a *holding* e o segundo criou e possibilitou a entrada da *holding* da Petrocontrol, constituída por capitais portuguesas) e da manifesta e justificável pretensão do Estado português de vender 15% do capital para escolher um parceiro estratégico, depois disto, que parecia ter lógica, de repente, em Janeiro, é a ENI que obriga o Estado português a vender uma parte muito maior do que aquela que tinha previsto e a intervir junto da Petrocontrol para vender 33% de capital português E não sabemos porquê!

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Ao mesmo tempo, a Iberdrola, que já é sócia da EDP, intervém e aumenta a sua participação E não sabemos porquê!

Em Janeiro de 2000, foram proferidas declarações públicas pela ENI em que dizia, com clareza, que se preparava para ficar em posição maioritária O Estado português, num sector vital da nossa economia, monopolista em termos de oferta, que se dispunha a ficar com 85% do capital, directa ou indirectamente, neste momento, está reduzido a uma posição de menos de 60% Ou seja, a minoria de bloqueio que a Petrocontrol representava desapareceu e, neste momento, prepara-se para desaparecer também, ao pô-la em causa, a maioria que o Estado português detém

Consideramos este assunto de interesse nacional, Srs. Deputados do PS!

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — A questão da energia, a questão de decidir o abastecimento em combustíveis, em gás e, amanhã, em electricidade, é de interesse nacional! Consequentemente, o CDS-PP quer saber as razões que motivaram este tipo de procedimento e aquilo que nos espera O CDS-PP quer inquirir como foi possível esta situação, quer saber que razões de interesse público estiveram na base destas opções e, obviamente, como é que o Governo encara o sector energético, isto é, se o encara ou não como primeira prioridade, quer saber o que acontecerá se as decisões não dependerem de Portugal e forem tomadas fora do nosso país, seja em Madrid seja noutra qualquer capital

O CDS-PP considera que esta é uma questão de interesse público e, consequentemente, votará bem e de forma consciente a favor do inquérito agora apresentado Esperamos sinceramente que o PS também vote a favor, pois é útil ao País conhecer as razões destas opções num sector tão importante para a economia portuguesa

*Aplausos do CDS-PP*

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Octávio Teixeira.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados: O negócio através do qual o Governo transfere para uma empresa estrangeira 34%, para já, do capital social da GALP necessita, do nosso ponto de vista, de toda a clarificação, pois ele é incompreensível face aos interesses nacionais.

Não somos daqueles que, benignamente, admitem explicar o negócio da GALP com a ENI por uma menor atenção do Governo face à ocupação do Primeiro-Ministro e do Ministro da Economia com a presidência da União Europeia. A verdade é que o negócio da GALP vem na sequência de uma estratégia dos governos do Partido Socialista desenvolvida ao longo de cinco anos.

Durante o anterior governo, o Ministro da Economia definiu uma estratégia para o sector, impulsivando a fusão das empresas ligadas ao petróleo e ao gás. Agora, o mesmo Ministro da Economia, depois de ter tornado mais atrativo e suculento o fruto, criando uma situação monopolista em termos de refinação de petróleo e de distribuição de gás natural no nosso país, pretende entregá-lo a uma empresa estrangeira, neste caso, à ENI, que é uma empresa de interesses económicos italianos.

A ENI vincula expressamente o seu interesse fundamental no potencial crescimento do mercado de gás natural em Portugal, o que, além do mais, deixa muitas e fundadas dúvidas sobre o futuro da refinação do petróleo em Portugal, sabendo-se, por acréscimo, que os espanhóis, desde há muito, estão interessados no encerramento de uma das duas refinarias portuguesas, ao que está associado alguns interesses portugueses, e sendo certo que o anterior Presidente da Petrogal era um acérrimo defensor da valia do negócio petrolífero dentro da *holding* energética, sem menosprezar, de qualquer modo, a importância do gás. Por que se terá demitido o anterior Presidente da Petrogal?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Exactamente!

O Orador — Não sei será possível explicar estas questões em termos de comissão de inquérito, mas clarificar tudo o que tem a ver com este negócio, do nosso ponto de vista, é absolutamente essencial. Deste modo, votaremos favoravelmente a criação da comissão de inquérito em discussão.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr as Srs Deputados: Tem sentido a proposta que estamos a discutir, na medida em que o debate sobre política energética já travado neste Parlamento, tendo sido importante, foi inconclusivo, havendo uma sensação inescapável de uma política deslizante do Governo em relação a estas matérias. Portanto, esclarecimentos adicionais e uma clarificação por via deste inquérito, conjugadamente por via do debate político no Parlamento, é deseável, útil e mesmo necessária.

Queria lembrar-vos que durante esse debate foram invocadas algumas cláusulas-travão em relação ao negócio com a ENI, as quais permitiram, segundo foi dito então pelos porta-vozes do Governo, restringir a sua capacidade de actuação no futuro, nomeadamente a possibilidade de aceder a uma posição maioritária.

Um dos pontos cruciais que importa esclarecer no debate que vamos fazer neste âmbito é o de saber se essas cláusulas são efectivamente operacionais, se se pode recorrer a elas e se o Governo delas vai fazer bom uso para manter uma regulação do sistema energético que ponha em causa a transnacionalização monopolizadora deste mercado.

O que aconteceu na Petrogal e, portanto, na GALP, a este respeito, é extraordinariamente importante. De facto, é simbólica, política e economicamente muito importante perceber porque veio a demitir-se o Presidente da Petrogal, sobretudo se essa demissão tiver alguma coisa a ver não com práticas normais de administração e de gestão mas, sim, com o decurso da clarificação dos projectos estratégicos do Governo nesta matéria, nomeadamente se tiver a ver com alguma cláusula implícita ou com alguma prática associada ao negócio anterior. Disso podemos aperceber-nos quando damos conta que as provisões da empresa teriam sido legal mas anormalmente aumentadas no exercício do ano de 1999, o que significa uma determinada valorização dos activos da empresa que pode estar em relação com o negócio que foi oportunamente estabelecido com a ENI.

O facto de esta situação ter consequências fiscais muito importantes em termos de IRC não é irrelevante nesta matéria, pelo que esta questão, só por si, já exigia um esclarecimento perante a Assembleia da República. Uma das três empresas que no conjunto representam mais de um terço do IRC do País vir determinar, por uma razão administrativa, a diminuição do cumprimento da sua obrigação fiscal neste contexto e num contexto de valorização de activos que são vendidos a uma empresa estrangeira é um facto relativamente importante, mesmo decisivo, necessitando uma clarificação. Desta forma, votaremos favoravelmente esta proposta de inquérito parlamentar.

Finalmente, queria registar um facto a respeito de intervenções anteriores que fica como uma moral da história. Gostaria de alertar as Sr as e os Srs Deputados que ouviram essas intervenções para o efeito dominó que uma eventual privatização da Caixa Geral de Depósitos pode ter neste domínio.

Uma outra discussão que se cruza no passado desta Câmara a este respeito está agora absolutamente na ordem do dia, porque uma privatização, total ou parcial, da Caixa Geral de Depósitos pode querer dizer também o desaparecimento de minorias de controlo ou de uma capacidade de actuação pública na regulação deste sector e, portanto, a possibilidade de facilitar, por essa via, o domínio do capital de empresas decisivas do sector industrial.

Por isso mesmo, saudando o debate que pode ser aberto neste contexto, votaremos a favor do inquérito parlamentar em causa.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Penedos.

O Sr. José Penedos (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados: O PS acolhe favoravelmente a presente proposta de constituição de uma comissão de inquérito, pois os pressupostos da sua constituição estão nebulosos, falando-se de algo que é obscuro perante o País. A constituição da parceria com a ENI e com a Iberdrola é considerada obscura pelo proponente e é suposto a demissão do Presidente da Petrogal ser um pacto de silêncio, dizendo-se, no sublinhado da proposta, que a esse pacto de silêncio cor-

responde um pagamento na indemnização que o mesmo recebeu para deixar o cargo

Desta forma, esta proposta de constituição de comissão de inquérito não poderia deixar de ser obviada pelo PS, pois não está convencido que esse carácter obscuro e esse pacto de silêncio existam. O PS não se convence que o Governo tenha realizado um acordo estratégico com a ENI e com a Iberdrola que não possa ser explicado ao País e não está convencido que alguém, neste país, pague a um presidente de um conselho de administração da empresa para se calar. Nós não estamos no *far west*, estamos em Portugal, um País de direito, um Estado de direito, membro da União Europeia, e queremos esclarecer até ao fim todas as dúvidas, as dos Srs. Deputados proponentes e as de todos os outros que têm assento nesta Assembleia da República.

Gostaríamos ainda de dizer que, para obviar a intenções secundárias que possam estar na proposta, deveremos ser eficazes na realização do inquérito.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — quer em tempo quer em matéria a esclarecer. E se há dúvidas em relação aos protagonistas, então, todos eles devem ser chamados a depor. Eu estou disponível — e certamente também os Deputados do PS que venham a participar nessa comissão de inquérito — para viabilizar todas as audições que permitam esclarecer tudo quanto for necessário, de forma a que sejam ilididas quaisquer presunções de obscuridade no negócio e de pacto de silêncio supostamente pago.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Completamente de acordo!

O Orador — Sr. Deputado, o País deve perceber que nós começámos um debate sobre política energética neste Parlamento que — já o dissemos todos — está inconclusivo.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — E é pena!

O Orador — O debate deve prosseguir e iniciativas terão de ocorrer para que isso aconteça. Porém, o debate que irá ser travado na comissão de inquérito não é sobre a política energética mas, sim, sobre uma circunstância que só marginalmente tem a ver com a política energética.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não estatisticamente!

O Orador — Não, não! Já foi referido neste Parlamento pelo menos duas vezes que a GALP não é uma *holding* energética em sentido lato, na medida em que ela não tem a ambição de ter uma intervenção regulatória empresarial sobre a electricidade, a sua ambição é limitada ao gás e ao petróleo.

Esta *nuance* é importante porque, às vezes, há quem faça confusão e fale de *holding* energética, quando essa *holding* é de gás e petróleo e, portanto, não está em causa a totalidade do abastecimento energético do País mas, sim, uma parte importante. Se os centros de decisão estiverem garantidos no País — e já o dissemos aqui —, o negócio GALP/ENI insere-se na estratégia de internacionalização das empresas portuguesas, e foi dito também que concordamos, se ele não estiver de acordo com isso, nas audições que fizermos, as consequências devem ser tiradas com oportunidade.

Era isto o que eu queria dizer. Sr. Presidente, agradecendo às bancadas terem feito intervenções que contribuem para que o Partido Socialista viabilize esta comissão de inquérito.

#### *Aplausos do PS*

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para intervir sobre a mesma matéria, tem a palavra a Sr. Deputada Isabel Castro

A Sr. Isabel Castro (Os Verdes) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero dizer, sinteticamente, que o Grupo Parlamentar de Os Verdes concorda totalmente com esta proposta de realização de inquérito.

A questão energética e a estratégia de Portugal para esse sector é algo de extrema importância para o desenvolvimento sustentável do País e sobre essa estratégia não podem existir negócios cujos contornos suscitem dúvidas ou sobre os quais possam cair sombras de não esclarecimento.

Aliás, estamos de acordo com o inquérito porque nos parece que este negócio não é claro não só relativamente aos objectivos que se propõem como quanto à salvaguarda do interesse nacional, isto é, à garantia da salvaguarda, sob o ponto de vista do desenvolvimento sustentável, dos interesses do nosso país.

Entendemos, portanto, que este inquérito será esclarecedor, será útil e, por isso, saudamos a predisposição do Partido Socialista de não obstaculizar a que ele seja conclusivo.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs. Deputados, como se esgotaram as inscrições sobre esta matéria, dou por encerrado o debate do inquérito parlamentar n.º 5/VIII — Apreciação dos actos do Governo referentes à participação da ENI e da Iberdrola no capital da GAL, SGPS, apresentado pelo PSD. Nos termos regimentais, a votação correspondente será feita amanhã.

Assim, passamos à discussão conjunta dos projectos de lei n.º 155/VIII — Cria um regime especial para jovens de acesso a serviços de transporte, saúde e cultura (PCP) e 188/VIII — Promoção e acesso dos jovens aos instrumentos culturais e à sociedade de informação (CDS-PP).

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, proteger crianças e jovens é uma obrigação de qualquer sociedade. É, aliás, uma das coisas que melhor define as suas características e as suas maiores ou menores preocupações sociais.

Esta necessária e justa protecção tem como primeira justificação o facto de serem um grupo social com fragilidades e carências próprias, numa fase da vida dos seres humanos em que se decide muito o que será o seu futuro, do ponto de vista da sua formação física e intelectual.

Mas, para além disso, é a própria sociedade, no seu conjunto, que beneficia desta protecção, melhorando algumas das condições de vida da sua população com enormes reflexos no futuro, através da garantia de um acesso mais generalizado e democrático a determinados bens essenciais.

Existem já diversas protecções especiais e discriminações positivas de crianças e jovens até determinada idade, desde logo no acesso aos cuidados de saúde de forma

gratuita, nos transportes colectivos — tão importantes, por exemplo, para as deslocações para a escola — ou em alguns regimes de preços no acesso a bens culturais que pretendem democratizar a sua frequência.

Em diversas destas matérias existe uma discriminação positiva que, em regra, se limita a considerar os menores até 12 anos de idade como beneficiários destes direitos

Esta limitação etária tem origem no facto de, na maioria dos casos, tais regimes terem como referência a escolaridade obrigatória que até alguns anos atrás era de seis anos, o que corresponde, *grosso modo*, à faixa etária dos 12 anos. Esta é, portanto, a justificação para o limite actual

No entanto, a situação alterou-se nos últimos anos. Hoje, a escolaridade obrigatória é de nove anos, o que aumenta a idade para o seu *terminus*. E, para além disso, a evolução da legislação laboral leva a que a idade mínima para iniciar a actividade laboral se situe hoje nos 16 anos. Quer isto dizer que a sociedade pretende que os jovens frequentem a escola até esta idade

Justifica-se, portanto, que a protecção especial a menores de 12 anos se estenda até aos 16 anos. Desta forma actualiza-se a protecção existente, abrangendo toda a escolaridade obrigatória e o período abaixo da idade mínima para trabalhar. Justifica-se que quem não dispõe de rendimentos e está na escola tenha um regime especial de acesso a determinados bens

É esse o fundamento da proposta do PCP. O que proponemos é a instituição de um regime especial para jovens menores de 16 anos no acesso a serviços de transportes colectivos, de saúde e de cultura. Com esta proposta concretiza-se o princípio da discriminação positiva desta faixa etária e da sua especial protecção pela sociedade. E concretiza-se este regime em diversas medidas. Desde logo, criando um regime de preço reduzido para passes e outros títulos de transporte para jovens, pois sabemos como é importante apoiar as crianças e jovens nesta área, que muitas vezes condiciona a sua frequência escolar e o acesso a actividades culturais ou recreativas em geral

Por outro lado, julgamos ser essencial, dentro do princípio da protecção até aos 16 anos, que a isenção de taxas moderadoras nas urgências, consultas externas e meios complementares de diagnóstico, existente hoje até aos 12 anos, seja alargada para os 16 anos

Finalmente e no que diz respeito às actividades culturais, propomos que onde já existem regimes de gratuidade ou de preço reduzido para os menores de 12 anos ou de outra idade inferior a 16 anos, eles sejam estendidos até este último limite. E isto quer se trate de agentes culturais públicos ou privados, já que se faz apenas o alargamento na idade de regimes de discriminação positiva já existentes

Para além disso, propõe-se que, quanto aos agentes culturais públicos onde não exista este tipo de regimes especiais, ele seja criado

A concretização que fazemos nestas três áreas não exclui, obviamente, que este regime possa ainda ser estendido a outras áreas relevantes que venhamos a identificar e salvaguardar igualmente os regimes mais favoráveis já existentes.

Uma breve palavra sobre o projecto com que o CDS-PP se associou a este debate para dizer que o princípio que pretende ver consagrado é positivo embora o seu conteúdo seja, em algumas disposições, meramente programático e necessite, noutras casas, de algumas clarificações, nomeadamente no que diz respeito à definição

mais concreta das idades abrangidas bem como ao âmbito dos agentes culturais a abranger

Para o PCP, o caminho para uma sociedade mais justa é o de aumentar a protecção e actualizar os direitos, nomeadamente nas áreas em que se justifica uma maior protecção. Assim é também neste caso

Sabemos que este regime especial não é nem de longe a resolução dos problemas dos jovens portugueses. Não é este regime que vai pôr fim à vergonha do trabalho infantil, que continua a correr no nosso país de braço dado com o abandono escolar precoce. Sabemos que ele não é suficiente para garantir a todos os menores de 16 anos o acesso a cuidados de saúde de qualidade, sabemos que nem com a sua plena aplicação acabará a profunda discriminação social que existe no acesso a bens culturais, com tudo o que isso pesa na manutenção das desigualdades sociais no acesso ao ensino, especialmente nos seus níveis mais elevados, e ao sucesso educativo, mas sabemos também que tanto o alargamento da faixa etária abrangida pelos direitos que consagramos neste projecto como a sua efectiva aplicação serão importantes contributos para que alguns obstáculos sejam vencidos, e sabemos que a generalização destes direitos terá grande importância para os que de outra forma dificilmente a eles teriam acesso.

A consagração deste leque mínimo de direitos é uma justa medida de discriminação positiva em relação a uma faixa etária que merece especial protecção e que deve, coerentemente, situar-se nos 16 anos, porque a isso corresponde a evolução da sociedade.

#### *Aplausos do PCP*

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP). — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o projecto de lei que o CDS-Partido Popular aqui apresenta hoje visa, acima de tudo, garantir a todos os estudantes portugueses, em igualdade de circunstâncias, o acesso tanto aos meios culturais como à sociedade de informação

O que nós hoje, aqui, visamos é que todos os estudantes portugueses tenham a oportunidade efectiva de aceder aos instrumentos culturais e à Internet.

A visão que a bancada do CDS-Partido Popular tem do processo educativo é uma visão ampla, que não se reduz às salas e às horas de aulas. A cultura deve ser encarada como uma componente importante da formação das pessoas e, por isto, a cultura tem de estar sempre presente na educação

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador — Os estudantes que têm, através dos familiares, acesso a museus, a bibliotecas, a cinemas e a outros espectáculos culturais possuem uma óbvia vantagem sobre todos aqueles que não pode aceder a estas manifestações culturais.

O que nós queremos é combater esse fosso; o que nós queremos é terminar com essa desigualdade; o que nós queremos é garantir a todos os jovens estudantes o acesso, em igualdade de circunstâncias, a instrumentos que são vitais para a sua formação

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é muito mais importante o desenvolvimento de disponibilidade intelectual para a aquisição de novos conhecimentos do que a intro-

dução forçada de um conjunto de conhecimentos ou de informação que, se calhar, todos nós julgamos os mais importantes

Ao longo do processo educativo, o despertar de interesse intelectual deve estar presente de forma integrada. Por um lado, deve tentar criar a atração pela investigação e, por outro, criar condições para que esta possa ser efectuada de forma acessível.

A cultura não se ensina, disponibiliza-se. A cultura não se aprende, apreende-se. A cultura não se dá, transmite-se.

Tudo o que aqui dissermos ganha mais acuidade com o desafio de integrar a sociedade de informação. Se não formos capazes de garantir a todos os estudantes portugueses o acesso à Internet, então, perdemos já à partida.

Os estudantes que têm acesso à Internet têm acesso a um mundo de informação e de conhecimentos que lhes é vital para a sua carreira académica.

#### *Risos do Deputado do PS, João Sequeira*

Não se esteja a rir, Sr. Deputado João Sequeira, porque isto é o que se passa na realidade das escolas e das universidades portuguesas.

Quem não tem acesso vê, logo à partida, o seu universo cultural e de informação muito mais reduzido. O que o CDS-Partido Popular visa, com este projecto de lei, é derrubar essa mesma limitação.

Por isso mesmo, propomos que seja criado um dia semanal em que o acesso a todos os agentes culturais públicos seja feito de forma gratuita, sendo que, nos restantes dias, o acesso deve ser feito através de um preço especialmente reduzido.

Por outro lado, todos os agentes públicos que possuem ligações à Internet susceptíveis de serem utilizadas pelo grande público devem disponibilizar esse acesso de forma gratuita.

Estas duas medidas simbolizam de forma muito clara o que de melhor pode haver numa política cultural e educativa e a forma como deve ser feita uma política de juventude.

Não defendemos privilégios etários, sindicatos de jovens, nem queremos, sequer, gerações dependentes. O que queremos, defendemos e acreditamos é que os jovens podem vencer se tiverem à sua disposição os meios necessários. Este projecto de lei visa exactamente dar-lhes parte desses meios.

Sabemos que não é uma solução mágica nem milagrosa. Sabemos que este projecto de lei não é certamente a «varinha de condão» para resolver todos os problemas do nosso sistema educativo. Mas sabemos, e temos a firme convicção, que este projecto de lei é um passo em frente. Quem a ele se quiser associar, é bem vindo. Quem o quiser obstaculizar, está a cometer um erro e em política os erros pagam-se caros.

#### *Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para formular um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Pedro Mota Soares, tem a palavra o Sr. Deputado João Sequeira.

O Sr. João Sequeira (PS) — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Mota Soares, cumpre-nos fazer a análise crítica do projecto de lei ora em análise, ponderando com rigor e seriedade a bondade e a aplicabilidade dos seus preceitos.

Os Srs. Deputados do CDS-PP, embora bem intencionados, desconhecem a realidade. Não conhecem os Programas do XII e XIII Governos Constitucionais, não sabem o que foi feito pelo Governo na promoção e acesso aos instrumentos culturais e à sociedade de informação, desconhecem as conclusões da última Cimeira de Lisboa.

Em suma, e repetindo-me, desconhecem a realidade, fazendo parecer que esta temática é a «terra de ninguém», onde nada tem sido feito. Não podiam estar mais enganados!

Nesta área, tendo em conta as medidas previstas no Programa do XIII Governo Constitucional e as medidas já adoptadas pelos governos do PS nesta matéria, podemos concluir que o Governo já foi e pretende ir muito mais longe do que VV Ex<sup>as</sup> ousaram ir no vosso projecto de lei, sem discriminar nem excluir ninguém.

Permita-me que me socorra de um exemplo que considero paradigmático para corporizar e justificar esta afirmação. Refiro-me a um dos principais objectivos do projecto de lei do CDS-Partido Popular que é a ligação de todas as bibliotecas públicas à Internet e a sua utilização gratuita por parte da comunidade estudantil.

Aproveito, pois, Srs. Deputados, para informar osponentes do diploma ora em análise que tal objectivo fundamental é, nos dias de hoje, uma realidade, já que a rede de ciência, tecnologia e sociedade assegura a cobertura integral das bibliotecas públicas municipais, abrangendo, também a grande maioria das escolas públicas e privadas no nosso país. Ou seja, já existe mais do que o proposto no projecto de lei do CDS-PP sem distinguir entre jovens estudantes e jovens não estudantes, sem discriminar, sem contribuir para a exclusão e agravamento de desigualdades.

Existem outros projectos nesta área que poderíamos enumerar. É o caso do programa Inforjovem, dos centros de divulgação de tecnologias de informação, dos cibercentros, etc.

Para mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a confusão impera neste projecto de lei. Não se define a noção de agentes culturais públicos, pecando o projecto de lei por omissão, tornando-se praticamente impossível estabelecer com rigor que instituições se encontram abrangidas por este preceito e que devem, assim, facultar o acesso gratuito à Internet.

Em relação à promoção e acesso dos jovens aos instrumentos culturais, não se faz qualquer referência à viabilidade financeira e aos custos orçamentais de tal projecto de lei. Partindo do pressuposto que as autarquias são agentes culturais públicos e atendendo a que, segundo o n.º 3 do artigo 3.º do seu projecto de lei, compete ao Governo fixar por portaria o dia da semana em que o acesso é gratuito para jovens estudantes, não será esta medida uma intromissão na gestão autárquica?

Em suma e para concluir, Srs. Deputados, podemos afirmar que o projecto de lei em apreciação é juridicamente sofrível, genericamente confuso, inúmeras vezes omisso, demasiado generalista, discriminatório e politicamente redundante.

Não encontramos qualquer normativo referente à noção de jovem, não se definindo a idade limite das pessoas abrangidas por este projecto de lei. Assinalamos, apenas, a definição por ligação à referência escolar. Desta forma, Srs. Deputados, não descortinamos o alcance pretendido pelo CDS-PP em relação ao público alvo deste diploma. Será que um estudante de 38 anos terá acesso a estas medidas?

Ao excluir os jovens não estudantes, o CDS-PP agrava ou não as desigualdades? Discrimina, ou não, promove, ou não, a exclusão dos jovens que estão normalmente mais desligados das novas tecnologias. Isto é, os jovens que não são estudantes?

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador — Sr Presidente e Srs Deputados, o CDS-PP,** repito-me mais uma vez, não conhece a realidade e, com esta iniciativa, procura apenas tirar alguns dividendos políticos através de um projecto de lei confuso

A promoção do acesso dos jovens, e da generalidade dos portugueses — por que não dizê-lo? —, aos instrumentos culturais e à sociedade de informação não se faz, no nosso entender, essencialmente através de imposições legais mas, sim, através de apostas estratégicas há muito definidas e assumidas, que não discriminam e não excluem, que são bem construídas, e com a vontade e a capacidade políticas para adoptar as medidas que concretizem essas apostas

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Pedro Mota Soares, para responder ao pedido de esclarecimento formulado pelo Sr Deputado João Sequeira**

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado João Sequeira, somos dois Deputados novos, nesta Câmara e em idade, mas queria-lhe dizer que, eventualmente até sendo mais novo do que V Ex<sup>a</sup>, não tenho a ingenuidade de acreditar que o que vem no Programa do Governo vai ser feito até ao fim deste mandato**

Aliás, ouvi, com muita atenção o discurso eloquente do Sr Ministro Mariano Gago sobre a extensão das redes da Internet às escolas e às bibliotecas, o que, infelizmente, é uma realidade que ainda não está na prática. Mas até acredito que venha a estar na prática.

A única coisa em que o Sr Deputado falha, na análise da análise que faz, é num ponto analiticamente importante. Dizemos que é obrigatório e que o Governo tem, o mais rapidamente possível, de fazer um sistema que, na prática da realidade dos factos e não na análise da análise, permita que as bibliotecas públicas tenham acesso à Internet. Mas vamos mais longe. O que queremos é que todos os agentes culturais públicos que tenham ligações à Internet susceptíveis de serem utilizadas pelo grande público as ponham à disposição deste. Essa é a importância, esse é que é o passo em frente de que há pouco falava. Se os senhores se quiserem associar ao CDS-PP, são muito bem vindos, se não quiserem, estão a cometer um erro.

Penso que terá sido a única questão concreta que colocou

**O Sr João Sequeira (PS) — Coloquei várias!**

**O Orador — .. se referia ao caso, que seria paradigmático, de saber se um estudante de 38 anos tinha ou não acesso à Internet**

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Paradigmático?**

**O Orador — Antes de mais, o caso é obviamente paradigmático!**

**Risos do CDS-PP**

Mas se ler o artigo 1º do nosso projecto de lei — e acredito que na análise da análise que fez tenha feito uma análise cuidada a este artigo —, que se refere ao seu âmbito, verá que estão abrangidos por este regime todos os jovens que frequentem qualquer grau de escolaridade, quer do ensino público, quer do ensino privado, ou seja, o que queremos, acima de tudo, é que todos os estudantes portugueses possam ter acesso

V Ex.<sup>a</sup> dizia que isto cria uma grave desigualdade para quem não está no sistema de ensino. É falso, por dois motivos primeiro, porque, felizmente, havendo escolaridade obrigatória, grande parte dos jovens estarão no sistema de ensino, segundo, porque, como V. Ex.<sup>a</sup> dizia, puxando os «galões» do Ministério da Ciência e da Tecnologia, a rede de bibliotecas públicas está aberta a toda a gente. De facto, está e o que não queremos é discriminar quem está em qualquer grau de ensino. Isto parece-nos muito importante

Se VV Ex.<sup>as</sup> entenderem que isso não é admissível, que se tem de introduzir um limite etário rígido, excluindo uns e incluindo outros, temos pena, mas não é por isso que vamos obstaculizar este projecto de lei.

Se VV Ex.<sup>as</sup> estiverem disponíveis para discutir isto em Comissão, é, eventualmente, um ponto onde admitimos introduzir um limite etário. Parece-nos mal, parece-nos que é uma restrição que não tem muito fundamento lógico, mas admitimos essa discussão na Comissão.

**Vozes do CDS-PP. — Muito bem!**

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra, para defender a honra da sua bancada, a Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça**

**A Sr<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS). — Sr Presidente, Sr Deputado Pedro Mota Soares, pedi a palavra para fazer a defesa da honra da bancada do PS por considerar que é injusto referir-se ao Programa do Governo como um programa virtual e, sobretudo, como um sonho**

**O Sr José Magalhães (PS) — Nesse ponto é ridículo!**

**A Oradora: — Proponho-lhe um exercício para ver até que ponto foi «tonto» dizer uma coisa dessas. O Sr. Deputado, como Deputado jovem nesta Casa e de idade, como eu, pode testemunhar que a Internet na rede pública das bibliotecas é uma realidade, que o programa ciência e técnica na sociedade funciona, neste momento, que a Internet, em todas as escolas do País, a complementar com o programa Escolas Completas 2000, é, neste momento, uma realidade, e que os mecanismos de acesso gratuito à Internet são uma realidade promovida por este Governo.**

**O Sr José Magalhães (PS) — E será melhor!**

**A Oradora: — Por último, Sr. Deputado, gostaria de o lembrar — e pedir-lhe que auscute também os seus autarcas para saber se é ou não verdade — que há um grande envolvimento das autarquias em matéria de democratização do acesso à Internet, à sociedade de informação e ao conhecimento**

Esta é a batalha feita por esta bancada e pelo Governo, sobretudo porque assumimos que a sociedade de informação é, hoje, o motor do desenvolvimento da nossa sociedade

#### *Aplausos do PS*

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP). — Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça, começo por lhe dizer que vou passar por cima do epíteto «tonto» que referiu Acho que não me era dirigido, mas, sim, ao Congresso da Juventude Socialista que se realiza no próximo fim-de-semana — e aproveito para desejar boa sorte, a si e aos outros membros da JS que estão nessa bancada

Continuando, a Sr.<sup>a</sup> Deputada fez um discurso muito eloquente sobre a realidade da *Internet* nas escolas, mas quero fazer-lhe uma pergunta muito concreta. Sabe quantos computadores há nas escolas por aluno? Sabe se é ou não possível o acesso real dos alunos à *Internet*, nas escolas?

O Sr José Magalhães (PS). — Compare com o que era antes!

O Orador — O Deputado José Magalhães também deve ter tido acesso à *Internet* na escola!

Continuando, o importante era sabermos a resposta àquelas perguntas

Ouvi muito atentamente tudo o que disseram sobre a realidade do que existe, tenho é pena que não queriam ir mais longe.

O Sr José Magalhães (PS). — Queremos! E vamos!

O Orador: — que não queriam dotar de acesso gratuito todos os agentes culturais. Tenho ainda mais pena de não ter ouvido uma única palavra sobre uma medida que me parece muito importante, segundo a qual o acesso gratuito à *Internet* por parte de todos os estudantes portugueses passaria a ser feito de uma forma simples.

O Sr José Magalhães (PS). — Já houve, durante dois anos seguidos!

O Orador — através da exibição do bilhete de identidade e do cartão de estudante. Tenho, pois, muita pena de não ter ouvido uma única palavra sobre isto vinda dessa bancada

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Vitorino, para uma intervenção

O Sr Bruno Vitorino (PSD). — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados Falamos hoje de dois projectos de lei, um, sobre a criação de um regime especial para jovens de acesso a serviços de transporte, saúde e cultura, e outro, sobre a promoção e acesso dos jovens aos instrumentos culturais e à sociedade de informação

De realçar o facto de as iniciativas legislativas relativas a questões da juventude serem sempre da iniciativa dos partidos da oposição, havendo aqui, como noutras matérias, uma clara desresponsabilização por parte do Governo e do partido que o sustenta. É o caso destes dois projecto de diploma em discussão, apresentados pelo PCP e pelo PP

Também o PSD, através dos Deputados da JSD, apresentou recentemente um projecto de lei sobre associativismo juvenil que pretende dar resposta às realidades do movimento associativo dos jovens, em Portugal. Do Governo, até agora, ouvimos promessas e promessas, e já lá vão quase cinco anos

Descansem que não vou dizer que não conheço o Secretário de Estado da Juventude. Já tive a oportunidade de, nesta Casa, com ele trocar alguns pontos de vista, por acaso divergentes, em sede da Comissão de Juventude e Desporto. Por acaso, sobre algo de que se ouviu falar em termos da Secretaria de Estado da Juventude, o caso do Programa JVS que o anterior governo, através do anterior Secretário Estado, aprovou, 10 dias antes das eleições legislativas, e que, 20 dias depois das mesmas, o actual Secretário de Estado, contrariando o anterior, resolveu suspender. Tudo até poderia ser e parecer normal se, certamente por coincidência, o anterior e o actual Secretário de Estado não fossem a mesma e uma só pessoa

Eu sei quem é o Secretário Estado da Juventude, mas os jovens sabem quem ele é? E, mais importante do que conhecer a pessoa, saberão quais são as suas políticas, as suas actividades, os seus programas, as suas ideias, as suas iniciativas? Tenho muitas dúvidas, para não dizer certezas!

Em termos de política de juventude, assistimos, nos últimos anos, a um total alheamento dos responsáveis governativos do sector acerca das realidades do nosso país.

A culminar, tivemos a ausência total e absoluta de referências à juventude no Programa de Governo E de duas, uma: ou o Governo dá ao tema a importância que merece e aposta claramente numa orgânica virada para os jovens, com responsáveis políticos próprios, ou, então, é válida a desculpa sempre apresentada pelo membro do Governo para justificar a sua própria inacção, de que a política de juventude é transversal e está prevista em todas as outras áreas

Se tivermos esta última tese como válida, então, tenha o Governo a coragem política para acabar com a Secretaria de Estado da Juventude e poupe ao Estado algum dinheiro, pois da forma como têm sido geridos os destinos da actual Secretaria de Estado basta-nos uma direcção-geral do associativismo. Porque é isso que o Secretário Estado da Juventude tem sido um director-geral do associativismo que só desempenha essas funções e, ainda por cima, por vezes, mal

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador — Quanto ao diploma apresentado pelo PCP, embora, do nosso ponto de vista, necessite de algumas alterações pontuais, que proporemos em sede de comissão, concordamos com o seu conteúdo e, principalmente, com os seus objectivos. Assim, votá-lo-emos favoravelmente

Quanto ao diploma apresentado pelo PP, concordamos com os princípios do acesso à *Internet* para todos, também, mas não só, através das bibliotecas públicas. Concordamos com a ideia de serem criados mecanismos que visem um acesso mais democrático, para todos, aos meios culturais

O que não percebemos, como também já aqui foi referido, é a questão do público-alvo. Isto é, ou se destina a jovens, ou se destina a estudantes. Por que é que um jovem, terminada a escolaridade obrigatória, que opte por trabalhar, por vezes por imperativos financeiros, não pode

ter acesso aos meios previstos e que visam a sua valorização pessoal? E, por outro lado, se são para estudantes, sem limite etário definido, pode e deve um jovem de 40 e poucos anos, que trabalhe e estude no pouco ensino nocturno que ainda vai existindo, ser discriminado positivamente com esta medida?

São estas as perguntas que deixamos, e obtivemos algumas manifestações de abertura por parte do Partido Popular, no sentido de, em sede de comissão, ver connosco esta matéria. Portanto, à partida, seremos também favoráveis a este projecto de lei.

Agradeço a atenção que me dispensaram e estou disponível para dar os esclarecimentos que entendam necessários.

#### *Aplausos do PSD*

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Luís Miguel Teixeira

O Sr Luis Miguel Teixeira (PS) — Sr. Presidente, Sr Deputado Bruno Vitorino, ouvi atentamente a sua intervenção e devo dizer-lhe que V Ex<sup>a</sup> andará distraído com toda a certeza

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito!

Vozes do PSD — Oh!

O Orador — O Sr Deputado referiu-se a um total alheamento por parte do Governo em relação às políticas de juventude

Ora, Sr Deputado, ao contrário do que a sua bancada certamente entende sobre esta matéria, nós, no Partido Socialista, fazemos ideia das políticas de juventude assentes numa lógica transversal. Isto é, para nós, a política de juventude não erama somente da Secretaria de Estado da Juventude — esta é o tronco —, mas está ligada a outras áreas que são importantes na governação. A política de juventude entronca com o emprego, com a formação e com a educação.

A este propósito, gostaria de lhe recordar um aspecto que, para nós, é essencial e importante

O grande designio nacional que passa por recuperarmos, no espaço de uma geração, o atraso estrutural que nos separa dos outros países da Europa exige uma aposta efectiva em três vectores que consideramos essenciais, sobre os quais quero dizer claramente que estamos com a consciência perfeitamente tranquila porque se há áreas em que o Governo tem «dado cartas» tem sido no emprego, na educação e na formação e, concretamente, no acesso às novas tecnologias.

O Sr José Magalhães (PS) — Exacto!

O Orador — Sr Deputado, em pouco mais de quatro anos, através de uma política empenhada e determinada do actual Governo, foi possível reduzir para níveis nunca antes verificados em Portugal o desemprego que afecta particularmente os jovens. Foram criados cerca de 380 000 postos de trabalho que, na sua grande maioria, beneficiam jovens à procura do primeiro emprego.

#### *Aplausos do PS*

#### *Protestos do PSD*

Sr Deputado Bruno Vitorino, no que diz respeito à formação, quero dizer-lhe que o Governo tem apostas claras neste domínio. Na verdade, generalizámos ao acesso à Internet em todas as escolas básicas e secundárias, como já aqui foi dito.

Mas há outro aspecto que, para nós, é essencial e que denota, da parte do Governo, uma grande prioridade dada a esta situação. Custa-vos ouvir isto, mas é a verdade, é a realidade em pouco mais de quatro anos, cerca de 700 000 portugueses em início de vida, jovens na sua grande maioria, compraram casa nova.

A Sr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD) — Não compraram, não! Endividaram-se!

O Orador — Trata-se de uma medida que beneficia fundamentalmente os jovens. Esta é que é uma política estruturada de juventude!

#### *Aplausos do PS*

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Bruno Vitorino

O Sr Bruno Vitorino (PSD) — Sr. Presidente, cidadão, Srs Candidatos a Secretário-Geral da Juventude Socialista! Pelos vistos, têm mais um candidato à direção nacional da Juventude Socialista!

O que quero é constatar, de forma simples e clara, que, em relação a todas as críticas que fiz ao Sr Secretário de Estado da Juventude, pelos vistos, pelas palavras do Sr Deputado, concorda com o que eu disse, já que nem uma única vez se referiu claramente à acção de um membro do Governo, cujo papel deveria ser, precisamente, o de ter uma palavra a dizer sobre estas matérias — de que o senhor aqui falou de uma forma tão demagógica! — tão importantes para os jovens, em Portugal.

Ouve-o falar sobre uma série de matérias, mas não só eu próprio como certamente também muitos jovens portugueses temos a curiosidade de saber qual é, efectivamente, a posição, a opinião do membro do Governo responsável pela área da juventude, nomeadamente, quanto à questão de existirem 30 000 ou 40 000 licenciados no desemprego, quanto à prometida extinção do serviço militar obrigatório.

Vozes do PSD — Bem lembrado!

O Orador — Lembram-se com certeza que estas foram promessas do governo anterior! Aliás, costumam falar sempre do governo anterior, mas, agora, vamos nós fazê-lo

Como dizia, aquelas foram promessas feitas pelo governo anterior. Também aqui não queremos conversa, queremos acções concretas, que é o que esperam de vós os jovens, muitos dos quais votaram em vós, esperando que assim fosse. Aliás, nós próprios fomos penalizados por alguns erros que possamos ter cometido no passado, mas não penalizá-los a vós, muito brevemente, por todos os erros que continuam a cometer, já desde a anterior legislatura.

Portanto, o que queria saber era a posição do Secretário de Estado em relação a estas matérias.

E que há que ter coragem de tomar posição em relação à toxicodependência, à educação, à acção social escolar, por exemplo, no caso do ensino privado, em que alu-

nos que preenchiam o critério previsto pelo próprio Governo ficaram excluídos. Não se comprehende por que razão assim é. Dá-se expectativas às pessoas e, depois, por falta de verba ou de critérios políticos, os jovens ficam excluídos.

No que diz respeito à questão da *Internet*, era inadmissível que nada tivesse sido feito nesta área, agora que vivemos na sociedade de informação. De facto, foram feitas algumas coisas positivas.

No entanto, especialmente quando se fala em acesso à *Internet*, penso que deveriam ter mais ambição. Os Deputados da Juventude Socialista devem ter mais ambição, devem tentar ajudar o vosso Governo a alargar o acesso à *Internet*.

Vamos discutir estas matérias em sede de comissão. Melharemos conjuntamente este projecto de lei, que pode ter algumas falhas, talvez porque tenha sido feito um pouco à pressa. Vamos, pois, discutir estes projectos de diploma e, depois, dêem o vosso contributo, sem se limitarem a dizer mal e a criticar.

Para terminar, quero reafirmar que verifico que o Sr. Deputado concordou comigo, o que me deixou bastante satisfeito, pelo que aguardo, então, que o Governo distinga a Secretaria de Estado da Juventude, caso contrário, parece que não vale a pena a sua existência. Aliás, em termos da Secretaria de Estado, só não pode falar-se em «apagão» porque a mesma nunca esteve «iluminada».

*Aplausos do PSD*

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Dinis Costa.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Dinis Costa.

O Sr. Dinis Costa (PS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados Somos, hoje, interpelados, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Bruno Vitorino, a discutir dois projectos de lei, um, da iniciativa do PCP, e outro, da iniciativa do CDS-Partido Popular. Façamos, pois, um esforço para os apreciar, pois estão em discussão neste Hemiciclo.

Estes projectos de lei têm muito mais em comum do que à primeira vista possa parecer. De facto, ambos são tão bem intencionados como mal concebidos. Os projectos de lei têm inequivocamente esse mérito, só que, como se sabe, essa não é uma qualidade suficiente para se obter uma boa lei.

Relativamente ao projecto do CDS-PP, importa dizer que só um enorme alheamento da realidade poderá justificar a sua apresentação. É que o projecto fica muito aquém daquilo que o Governo já implementou e do que, muito em breve, se propõe concluir nesta matéria.

Serve de exemplo mais do que suficiente dizer que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado Pedro Mota Soares, propunha que se fizesse menos do que já está em acção e que se faça menos do que já está ao serviço dos cidadãos portugueses.

*Vozes do PS* — Muito bem!

O Orador — Tenha como exemplo a ligação de todas as bibliotecas públicas à *Internet* e a sua disponibilização a todos os cidadãos.

Sobre esta matéria, a sua proposta é redutora, porque tudo o que o Governo faz é propor e promover o acesso

à *Internet* a todos os cidadãos que acedam às bibliotecas públicas. O seu projecto propõe que o Governo passe a conceder a utilização à *Internet* aos jovens até aos 18 anos.

Relativamente às escolas e, portanto, à universalização do acesso a este instrumento valiosíssimo — e a este respeito estamos de acordo — de aprendizagem e de cultura, saiba que está o Governo, e, portanto, estamos todos, muito perto de garantir o acesso a todas as escolas. Repito: garantir o acesso a todas as escolas, em Portugal.

Finalmente, devo aconselhá-lo a frequentar bibliotecas e escolas, pois ficava a saber e a ver com os seus próprios olhos quão redutor e quão incipiente é o seu projecto de lei.

Por seu turno, à pergunta sobre quem se deve apoiar e beneficiar, o PCP responde que devem ser os jovens entre os 12 e os 16 anos. A nossa resposta, Sr. Deputado, é a de que apoiamos quem precisa de ser apoiado. Por isso se distingue o PS em defender prestações diferenciadas, apoiando quem precisa e, sobretudo, apoiando mais quem precisa mais. Tal como há 25 anos, o PCP cai no erro de querer tudo para todos e provavelmente acaba por não dar nada a ninguém.

À pergunta sobre o que se deve apoiar, o PCP responde de que deverão ser os serviços de transporte, saúde e cultura, entendendo-se por cultura o cinema, o teatro, as bibliotecas e os museus. Desde logo, na elaboração do projecto não se vislumbra qualquer preocupação em escutar os agentes envolvidos e, em consequência, mais uma vez, pretende-se legislar de forma cega, sem esclarecer conceitos, nem assumir quem suporta as implicações do projecto de lei e da sua implementação.

Detalhando-nos um pouco mais no que concerne às propostas que no projecto de lei se referem aos transportes, convém referir que o PCP labora em equívoco,

O Sr. António Filipe (PCP) — Essa é boa! Grande «lata»!

O Orador — na medida em que hoje os transportes são garantidos, em moldes que não sofrem qualquer contestação, a todas as crianças e jovens que frequentam o ensino básico e taxado a 50% aos que frequentam o secundário, num esforço do Estado que se cifra em cerca de 5 milhões de contos por ano.

Em função disto, conclui-se que o PCP pretende, sob a capa da escolaridade obrigatória, promover indiscriminadamente o acesso a todo o tipo de transportes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados A via estatizante, impositora por via legislativa, não é panaceia. A esta via que, por força de lei, tudo pretende complicar e adiar, preferimos, sem qualquer espécie de hesitação, a via contratualizadora que, neste como outros domínios, sobretudo ao nível dos transportes, tão bons resultados tem dado.

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Faça favor de concluir.

O Orador — Sr. Presidente, terminei já. Peço-lhe alguma benevolência.

O PCP insiste em legislar quando o que importa é resolver.

Para além de mais, o projecto não avalia custos, mesmo que as contas fossem produzidas por quem sabe que nunca terá a responsabilidade de elaborar um Orçamento

do Estado e de ressarcir as empresas que teriam de prestar esse serviço Percebemos que a dificuldade é imensa, porque, a respeito das propostas que fazem para os transportes, em Portugal, ninguém, repito, ninguém, está em condições de calcular quanto é que isso custaria ao erário público

O Sr António Filipe (PCP) — Como é que sabe que é incomportável?

O Orador — Finalmente, onde a sociedade resolve, diferenciando, o PCP complica, uniformizando Onde a sociedade garante, contratualizando — e isto nos transportes tem uma consequência muito mais clarificadora —, o PCP adia, legislando e fazendo imposições que são, neste caso, inconsequentes e inaplicáveis.

Sr. Presidente, Sr as Deputadas e Srs Deputados O Grupo Parlamentar do PS considera que estes projectos de lei, tal como nos são apresentados, não são aceitáveis, porque partem de uma lógica errada, porque laboram em equívocos que, ignorando a realidade, chegam a propor — no caso do CDS chega a ser caricato — menos do que aquilo que o Governo faz e não obedecem a qualquer critério de objectividade.

Em suma, e para concluir, Sr. Presidente, estes projectos de lei afectam princípios de acção que consideramos elementares, não asseguram a aplicabilidade do que propõem, pelo que merecem a nossa rejeição.

#### *Aplausos do PS*

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs Deputados Bernardino Soares e Pedro Mota Soares

Porém, o Sr Deputado Dinis Costa não dispõe de tempo para responder, pelo que é provável que algum dos partidos lhe ceda 1 minuto para o efeito.

Tem a palavra o Sr Deputado Bernardino Soares. Peço-lhe que seja breve na questão que pretende colocar

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Dinis Costa, devo dizer que muitas das questões que colocou merecem apreciação na especialidade e é nesse local que elas devem ser dirimidas De qualquer modo, não quero deixar de dizer que talvez o Sr Deputado não tenha percebido bem o âmbito do nosso projecto de lei

Diz o Sr Deputado que o Partido Socialista prefere fazer alguma distinção a quem o Governo dá as prestações, isto é, o Governo prefere dar apenas aos que têm maiores dificuldades económicas e sociais e aos outros não

Então, pergunto se vai ter o mesmo procedimento em relação à actual isenção das taxas moderadoras para ao jovens até aos 12 anos, em relação ao actual regime de transportes com preços bonificados, que já existe em algumas situações, ou em relação aos regimes que já existem de acesso aos bens culturais, porque nesses não se faz qualquer distinção desse tipo, aplica-se a regra Ora, nós consideramos que essa é a solução que deve ser levada a cabo neste âmbito.

Portanto, Sr Deputado, o que propomos não é mais do que avançar a fasquia, que hoje, na maioria dos casos, está nos 12 anos, para os 16 anos, porque é essa, hoje, a idade mínima legal para trabalhar e porque é essa, hoje, a idade que, grosso modo, corresponderá à concretização da escolaridade obrigatória

De resto, nos próprios transportes, o exemplo mais referido pelo Sr. Deputado, a maioria dos regimes não estão sequer nos 12 anos, mas, sim, nos 14 anos e, portanto, este acréscimo que tanto preocupa o Sr. Deputado e a bancada do Partido Socialista será ainda menos significativo.

Sr Deputado, não é verdade que haja transportes gratuitos para os alunos do ensino básico, nem sequer comparticipados para todos a 50% Isso, repito, não é verdade! E, Sr Deputado, com este nosso projecto de lei, não pretendemos substituir, como chamou o Sr Deputado, a via contratualizadora É evidente que, face aos transportadores privados, tem que ser posteriormente o Governo a contratualizar com esses transportadores, a pagar, como já faz hoje, estas novas regras O que nós pretendemos é que este princípio seja instituído e que o Governo, depois, actue em conformidade com o estabelecido em lei da Assembleia da República

O Sr. Deputado colocou, ainda, um argumento eterno e sempre presente de que o projecto de lei não avalia custos Mas o Sr Deputado que, a dada altura da sua intervenção, disse que era impossível contabilizar os custos deste projecto de lei, disse, noutra altura, que o que já se fazia hoje custava 5 milhões de contos Portanto, parece que, de alguma forma, é possível contabilizar.

De qualquer maneira, Sr Deputado, veja bem o que está aqui em causa O que está aqui em causa é subir para os 16 anos

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, o seu tempo esgotou-se Faça favor de concluir

O Orador — Terminei já, Sr Presidente

O que está aqui em causa, repito, é subir para os 16 anos aquilo que já existe para os 12 e para os 14 anos. Desse ponto de vista, os custos orçamentais não serão assim tão elevados, se essa é a preocupação única que move V. Ex.<sup>a</sup> neste momento

#### *Aplausos do PCP*

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Pedro Mota Soares

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr Deputado Dinis Costa, ouvi atentamente o seu discurso, nomeadamente ouvi a parte do seu discurso em que V. Ex.<sup>a</sup> diz que nós queremos fazer menos do que o Governo já fez ..

O Sr José Magalhães (PS) — Isso é um facto!

O Orador — A ver pela indignação do Sr. Deputado José Magalhães desconfio que a Juventude Socialista vai ter um 5.º candidato à presidência Aliás, deve ser aquele conceito referido há pouco do estudante de 38 anos Deve ser uma coisa similar!

O Sr José Magalhães (PS) — Neste caso, são 48 anos!

O Orador — Para o caso, também serve!

Mas disse o Sr Deputado Dinis Costa que nós estávamos a fazer menos do que o Governo já fez. Sr Deputado, além de ler os relatórios do Governo, nomeadamente do Sr. Ministro Mariano Gago, aconselho-o a «visitar» a

realidade Isto porque a realidade é que nós temos, nas escolas portuguesas, 10 computadores para 2000 alunos; a realidade é que, quando a campanha toca para a hora de almoço, os alunos correm para a sala dos computadores a fim de conseguirem aceder aos mesmos; a realidade são os professores a quotizarem o tempo dos alunos para que cada um possa usar o computador durante 5 ou 10 minutos

E, Sr. Deputado, o que se passa nas escolas passa-se, em grande parte, nas bibliotecas públicas, nessas que tão afanosamente o PS diz que já existem em todos os concelhos do País

Por isso mesmo, o que queremos é ir cada vez mais longe, porque a realidade da Internet daqui a dois, três, quatro anos vai ser exactamente essa. Isto é, o que queremos é que as pessoas possam ter um acesso real à Internet e, hoje, Sr. Deputado, os jovens portugueses, os estudantes portugueses, não têm esse acesso

Ora, o que nós queremos é tentar chegar mais longe e tenho muita pena que a bancada do Partido Socialista, nomeadamente os Srs. Deputados mais jovens, não concebam esta realidade. Isto, para mim, é lamentável, porque é um problema concreto que os jovens portugueses têm hoje e que vão ter de uma forma mais acutilante daqui a um ou dois anos. Tenho pena que os Deputados mais jovens do Partido Socialista «enterrem a cabeça na areia» e não saibam reconhecer uma coisa que é fundamental para a juventude portuguesa.

**Vozes do CDS-PP.** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Dinis Costa Dispõe de 3 minutos, que lhe foram cedidos pelo Bloco de Esquerda

**O Sr. Dinis Costa (PS)** — Muito obrigado, Sr. Presidente

Sr. Deputado Pedro Mota Soares, meu caro amigo, o Partido Socialista nunca ignorará a realidade da acção governativa para com isso ganhar o que quer que seja em termos de protagonismo político

**Vozes do PS.** — Muito bem!

**O Orador:** — Quando diz que devemos ir mais longe no que toca ao acesso à Internet e à sociedade de informação, dou-lhe só um conselho e por aqui me fico na resposta acompanhe a acção governativa do Governo e vai chegar à conclusão de que não pode ir mais longe nessa matéria

*Aplausos do PS*

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Vá às escolas!

**O Orador:** — Sr. Deputado Bernardino Soares, os princípios que enunciou na intervenção, do meu ponto de vista, mantêm-se perfeitamente actuais. A questão é que eu penso que essas questões devem ser resolvidas não pela via impositiva mas pela via contratualizadora.

Quanto aos descontos em matéria dos transportes que todos os dias são concedidos a milhares de jovens, a realidade é mais do que evidente e não foi preciso ninguém impor o que quer que se fosse.

Provavelmente, se fizéssemos imposições. Dou-lhe um exemplo, que não tem que ver com os transportes mas com

o acesso a bens culturais: relativamente aos museus, sem ninguém impor nada, o Instituto Português de Museus garante, todos os dias, a entrada livre a crianças até aos 14 anos, a redução de 60% no preço dos bilhetes para portadores do Cartão Jovem e a redução de 50% para jovens entre os 14 e os 25 anos

**O Sr José Magalhães (PS)** — É verdade ou mentira? É verdade!

**O Orador** — Esta é a realidade feita através da diferenciação e da contratualização

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Muito bem!

**O Orador.** — Se quiséssemos impor um modelo, não conseguiríamos estes resultados

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Sr. Deputadas e Srs. Deputados, a lista dos oradores inscritos para este ponto da ordem do dia está esgotada. Declaro, pois, encerrado o debate, na generalidade, dos projectos de lei n.º 155/VIII (PCP) e 188/VIII (CDS-PP)

Vamos dar inicio à discussão conjunta, na generalidade, das propostas de lei n.º 23/VIII — Altera o Decreto-Lei n.º 318-E/76, de 30 de Abril (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira) (ALRM) e 24/VIII — Altera o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, na redacção e numeração da Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto (ALRM) e dos projectos de lei n.º 173/VIII — Altera o Decreto-Lei n.º 318-E/76, de 30 de Abril (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira) (PS) e 189/VIII — Lei eleitoral da Assembleia Legislativa Regional da Madeira (CDS-PP)

Neste momento, a Mesa regista as inscrições dos Srs. Deputados Guilherme Silva, Isabel Sena Lino e Silvio Rui Cervan

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva

**O Sr Guilherme Silva (PSD)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos hoje a discutir quatro iniciativas legislativas, sendo duas delas oriundas da Assembleia Legislativa Regional da Madeira — uma, relativa à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional, e outra, relativa ao Estatuto Político-Administrativo da mesma Região Autónoma — e as outras duas, os projectos de lei n.º 173/VIII e 189/VIII, apresentadas pelo Partido Socialista e pelo CDS-PP, respectivamente, ambas respeitantes à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira

Tudo isto decorreu da circunstância de ter sido suscitada a constitucionalidade de uma disposição do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira e da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira, da qual redundava o facto de dois círculos eleitorais da Região Autónoma — os círculos do Porto Santo e do Porto Moniz — elegerem apenas um Deputado.

Não se trata de uma questão nova, pois há 24 anos que vigora esta Lei Eleitoral e este Estatuto — foram dois diplomas elaborados pela «pena» do Dr. Almeida Santos, aquando do início do regime autonómico que veio a ter consagração constitucional

Em 1988, e com a preocupação de reduzir o número de Deputados na Assembleia Legislativa Regional, que é, aliás, uma preocupação que reúne um largo consenso das forças políticas, apresentámos uma proposta de lei da Assembleia Legislativa Regional que alterava a proporção do número de votantes para conversão em mandatos. Daí resultava a circunstância de se criar mais um círculo uninominal, o círculo de S. Vicente, mas o Tribunal Constitucional considerou inconstitucional essa solução.

Em 1990, aquando da apresentação de uma proposta de lei para o estatuto definitivo, a Assembleia Legislativa Regional tentou resolver essa questão, apresentando à Assembleia da República uma solução que determinava, de forma imperativa, que os círculos elegessem sempre, pelo menos, dois Deputados. Na altura, esta solução foi considerada constitucional pelo Tribunal Constitucional, mas o Presidente da República de então entendeu vetá-la.

Manteve-se, por isso, o regime em relação ao qual, agora, um grupo de Deputados do Partido Socialista suscitou, junto do Tribunal Constitucional, a apreciação da constitucionalidade. E o Tribunal Constitucional considerou que o facto de haver dois círculos que elegem um só Deputado feria o princípio da representação proporcional.

Ora, entendemos que a solução não é, do ponto de vista dos princípios, a mais correcta, que a avaliação da representação proporcional deve ser feita em função do universo eleitoral global, ou seja, em função de toda a região e que o facto de haver, de entre 11 círculos eleitorais, dois que elegem um só Deputado não representaria distorção que envolvesse uma inconstitucionalidade. Estamos, agora, perante a introdução de uma correcção que, do meu ponto de vista, será mais inconstitucional do que a lei vigente, ou seja, vamos «pecar», vamos ofender o princípio da proporcionalidade por excesso, bem como o princípio da igualdade, uma vez que teremos dois círculos nos quais um número menor de votantes elege um número maior de Deputados em relação aos demais.

Parece-me que houve alguma falta de senso no suscitar desta questão ao Tribunal Constitucional, uma procura de obter Deputados na «secretaria» e não na pugna eleitoral normal.

Por outro lado, a decisão tomada pelo Tribunal Constitucional não terá sido a mais adequada, designadamente quanto aos efeitos do acórdão, já que, do meu ponto de vista, esses efeitos deveriam ser difendidos — como a Constituição permite e consente — para momento posterior ao próximo acto eleitoral. É que, se assim fosse, não estaríamos hoje confrontados, numa proximidade da eleição regional, com a revisão da Lei Eleitoral, nem estariamos a discutir um projecto de lei que tem uma amplitude muito maior do que essa «intervenção cirúrgica». Refiro-me ao projecto de lei do PP.

Sobre esta matéria, quero dizer que a autonomia regional — e está aqui em causa uma questão fundamental a eleição da própria Assembleia Legislativa Regional — não pode ser decidida «nas costas» da Assembleia Legislativa Regional.

Estamos a falar de uma matéria indiscutivelmente estatutária, materialmente estatutária — e é tanto assim que o Dr. Almeida Santos fê-la verter para o estatuto provisório, simultaneamente com a sua inserção na Lei Eleitoral —, pelo que, cabendo a reserva de iniciativa, em matéria estatutária, à Assembleia Legislativa Regional, não me parece bem que, em alguma circunstância, particularmente quando determinada solução não faz vencimento na Assembleia Regional, seja a Assembleia da República a ocupar-se dela.

**Vozes do PSD — Muito bem!**

**O Orador:** — Designadamente, não faz sentido que se mantenha o projecto de lei do Partido Socialista, uma vez que o próprio Partido Socialista votou as propostas de lei na Assembleia Legislativa Regional da Madeira! Parece-me, pois, existir aqui uma divergência interna que se repercute nesta questão.

**O Sr. José Magalhães (PS) — Não apoiado!**

**O Orador.** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não estamos preocupados com esta alteração, queremos que ela fique assente, rápida e definitivamente, de forma a que a regulamentação que rege o próximo acto eleitoral não ande em mutação em período muito próximo das próximas eleições.

**Vozes do PSD — Muito bem!**

**O Orador** — Confiamos no bom senso do eleitorado madeirense, o qual, previsivelmente, causará alguma surpresa àqueles que quiseram ir à «secretaria» buscar Deputados Porventura, «o tiro sair-lhes-á pela culatra» e o PSD obterá mais dois Deputados na Assembleia Legislativa Regional.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan

**O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Sr. Presidente, se me permite, a primeira nota absolutamente sintomática e relevante deste debate começa logo por ser dada por V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. É que o Sr. Deputado Guilherme Silva é Deputado eleito pelo Partido Social Democrata pelo círculo eleitoral da Madeira, não é Deputado eleito pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira. Portanto, regimentalmente, embora nem sempre possamos fazer esta distinção na prática, quem deveria ter feito a introdução do debate era, em primeiro lugar, a Deputada do Partido Socialista, que tem projecto de lei próprio.

**O Sr. José Magalhães (PS) — Isso é verdade!**

**O Orador** — ... e, em segundo lugar, o Deputado do CDS-PP, que também tem projecto de lei próprio!

**O Sr. José Magalhães (PS) — Foi um pequeno golpe!**

**O Orador** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Guilherme Silva, o projecto de lei do CDS-PP não é uma iniciativa contra o PSD nem contra o Dr. Alberto João Jardim. O Dr. Alberto João Jardim tem, na Madeira, os votos, tal e qual como todos os outros partidos, que o eleitorado entende justos e merecedores. O problema que se põe é diferente.

O problema é que, por exemplo, na Madeira, o Dr. Alberto João Jardim e o PSD têm sete vezes mais votos — e dou os parabéns ao Partido Social Democrata! — do que o PP, mas tem vinte vezes mais mandatos e não sete vezes mais mandatos!

Põe-se aqui uma questão de profunda injustiça, porque o PSD tem 50% dos votos na Madeira, mas tem 70% dos

mandatos! O problema não está no resultado que o PSD, ou qualquer outro partido, obtém na Madeira, o problema está no facto de o resultado que o PSD, ou qualquer outro partido, obtém na Madeira ser muito diferente e muito injusto em relação ao número de mandatos no qual esses votos se transformam

Sr. Deputado Guilherme Silva, fazendo apelo à sua categoria de jurista e à sua honestidade intelectual, coloco-lhe a seguinte questão: percebo que este sistema eleitoral beneficie, ou tenha beneficiado até hoje, o PSD, porque, se outro fosse o partido político com o mesmo número de votos, seria outro o partido político beneficiado! Ou seja, percebo que o PSD é beneficiado por uma injustiça. Mas, se há uma injustiça, se todos os grupos parlamentares e se todos os Deputados concordam que ela existe, por que é que não há a coragem de corrigir essa injustiça? Por que é que não há a coragem de diminuir o grau e o âmbito dessa injustiça?

Sr. Deputado Guilherme Silva, é justo obter-se uma maioria absoluta com 34% dos votos? É justo que 50% dos votos seja igual a 70% dos mandatos?

**Vozes do PS — Não!**

O Orador. — Ou ainda, e vou terminar, é justo que um partido com 4% dos votos tenha o mesmo número de mandatos — e já teve mais — do que um partido com 8% ou 9% dos votos? Não é justo! Vamos mudar uma lei injusta, porque esta lei não serve ninguém! O eleitorado da Madeira continuará a votar livremente em quem quiser, mas não pode ter um sistema eleitoral que não reflete aquela que é a sua vontade

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD) - Sr. Presidente, Sr. Deputado Silvio Rui Cervan, como referi da tribuna, o autor destas leis que regem a eleição para a Assembleia Legislativa Regional não é minimamente suspeito de tê-las feito a pensar em favorecer o PSD. Não acredito que o Dr. Almeida Santos, particularmente naquela época, pensasse dessa forma. Não tenho quaisquer dúvidas a esse respeito

Ora, gostaria de dizer que todos os partidos estão colocados no terreno, desde a primeira hora até hoje, em pé de igualdade face a esta lei. Ou seja, se o seu partido tivesse a implantação que o PSD tem na Região Autónoma da Madeira, quem teria 20 vezes mais Deputados que V. Ex.<sup>a</sup> refere seria o CDS-PP

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Mas era injusto!

O Orador — Portanto, o problema de V. Ex.<sup>a</sup> é um problema de implantação e penetração no eleitorado madeirense, que pretende corrigir através da lei

Ora, gostaria de lhe dizer esta coisa muito simples: as leis eleitorais são leis que têm de estar estabilizadas e não podem andar a ser alteradas em função de uma demografia, de uma densidade, de um recenseamento que tem reflexos nos resultados e nas proporções eleitorais, em razão das variações do número de recenseados, das variações da densidade populacional de círculo a círculo, de concelho a concelho. Não podemos andar a fazer leis em função

dessa situação e, como sabe, não há regimes eleitorais puros, porque é impossível. Entre a teoria eleitoral e a prática, há sempre necessariamente desfasamentos e distorções. O que importa é que essas distorções não subvertam o sistema de tal ordem que a própria democracia que esse sistema pretende servir seja posta em causa. Ora, não é isso que acontece, de forma alguma

Por outro lado, gostaria de dizer que as preocupações que se colocam em termos de sistema eleitoral, seja a nível regional seja a nível nacional, são preocupações que o seu projecto não resolve. Sr. Deputado São preocupações que têm que ver com a aproximação de eleitos e eleitores e que têm que ver com a redução do número de Deputados nas Câmaras Parlamentares. Esta é a grande questão que se coloca numa visão de futuro do sistema eleitoral

Como calculará, nenhuma revisão do sistema eleitoral deve ser feita a meses de um acto eleitoral. Deve ser feita com tempo, no início de uma legislatura, quiçá pensando naquilo que na Constituição é preciso, eventualmente, alterar para se dar resposta a estes dois desafios, a estas duas exigências. Para esse trabalho, para essa reflexão no momento próprio, estamos disponíveis. Para «remendos de secretaria» ocasionais em função de variações que o aumento de recenseados num círculo e a diminuição noutro vai gerando, já não estamos disponíveis, porque isso seria andarmos aos ziguezagues numa matéria que precisa de ser estável

**Vozes do PSD — Muito bem!**

O Sr. José Magalhães (PS) — Com que então outra revisão constitucional!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Sena Lino

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Sena Lino (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputados. A alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira contida no projecto de lei nº 173/VIII representa para o PS o culminar de uma longa discordância quanto à constitucionalidade daquela Lei que, sem qualquer aperfeiçoamento significativo desde 1976, carece de reforma de fundo que evite a distorção entre os resultados gerais obtidos por cada partido e o consequente número de mandatos no Parlamento

A requerimento do PS, o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional a Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa Regional, justamente por violação do princípio da representação proporcional, consagrada na Constituição da República Portuguesa. Em concreto, trata-se dos círculos eleitorais do Porto Moniz e do Porto Santo, na medida em que aí o sufrágio resulta uninominal, ou seja, elege-se um Deputado por cada um destes dois círculos

Confirma o acórdão que a tradução dos votos na repartição de mandatos deve reflectir-se no resultado global, neste caso, da Região, mas também em cada círculo. E, se actualmente o sistema de representação proporcional exige, por princípio, círculos eleitorais plurinominais, onde o sufrágio for uninominal o sistema de representação toma-se necessariamente maioritário. Ora, a manutenção deste tipo de círculos eleitorais constitui uma violação flagrante do princípio constitucional da proporcionalidade. A invasão deste princípio é tanto mais grave quanto lhe corresponde vital importância no funcionamento do sistema elei-

toral português e na própria construção do regime democrático, porquanto o legislador constitucional o erigiu num limite material da revisão da Constituição

O Partido Socialista já questionou, por diversas vezes, o problema da proporcionalidade, designadamente sempre que esta matéria foi discutida no processo de revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, pese embora nunca ter visto acolhida a sua posição para um necessário consenso.

Na sequência do requerimento do PS, a decisão do Tribunal Constitucional impõe à Assembleia da República o dever jurídico-constitucional de legislar, no sentido de colmatar a lacuna aberta pela declaração de inconstitucionalidade, ou seja, a necessidade de suprir um vazio legislativo no âmbito de um elemento essencial da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, a definição dos círculos eleitorais.

É uma pretensão do PS, de há muitos anos, ver os votos dos eleitores da Madeira reflectidos em termos da eleição de Deputados, em número de mandatos, o que, no caso particular do Porto Santo e do Porto Moniz, manifestamente isso não acontecia. Vai agora acontecer, o que é uma melhoria significativa para a qual o PS contribuiu.

**O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!**

**A Oradora — Sr Presidente, Srs Deputados** Todos sabemos que no actual sistema eleitoral o partido maioritário, com 56% dos votos, elegeu 70% dos Deputados, num total de 41, em 1996, e não 33 ou 34 parlamentares, segundo normal proporção

Neste contexto, é injustificada, descabida e sem fundamento a acusação dirigida ao PS de querer ganhar na secretaria, pelo facto de ter tido esta iniciativa que começa a corrigir a distorção, como se vê. Pelo contrário, o que mobilizou os socialistas foi a vontade de introduzir a lógica de constitucionalidade e ultrapassar o conformismo, dado que há uma parte significativa de cidadãos eleitores cujo voto ia necessariamente parar ao «caixote do lixo», desvirtuando-se, desse modo, a soberania do Povo.

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador — Temos consciência de que a declaração de inconstitucionalidade e a consequente alteração da lei resolvem o problema da proporcionalidade ao nível do círculo eleitoral, do concelho, mas já o mesmo não se verifica ao nível da Região, havendo que dar resposta à necessidade de estabelecer um limite à composição do Parlamento, que não pode aumentar Deputados de eleição em eleição.**

**Sr Presidente, Srs Deputados** O Partido Socialista pretende mudar de uma forma mais profunda a Lei Eleitoral. Não acordámos em Abril para a relevância desta batalha.

**Vozes do PS — Muito bem!**

**A Oradora — É uma velha batalha de muitos anos, retomada por diversas vezes em sede de discussão da Lei Eleitoral e retomada sempre que se tratou da discussão do Estatuto**

**O Sr Guilherme Silva (PSD) — Andaram a dormir durante quatro anos!**

**A Oradora — Embora se trate de matéria que pode ser assumida exclusivamente pela Assembleia da República, no âmbito da sua competência, entende o PS que, visando a Região Autónoma da Madeira, o ideal será que as alterações possam chegar da Região com o mais largo consenso possível**

**Vozes do PS. — Muito bem!**

**A Oradora — Apesar da iniciativa em matéria do Estatuto Político-Administrativo da Região ser da Assembleia Legislativa Regional, por força da Constituição, já demonstrámos que tal consenso é possível, nomeadamente aquando da discussão e aprovação do Estatuto**

**O Sr José Magalhães (PS) — Bem lembrado!**

**A Oradora — Entendemos que deve seguir-se modelo idêntico, independentemente da crise inicial que rodeou todo este processo**

Contudo, a aprovação de uma nova lei com esta importância e dimensão, sendo uma necessidade, não deve ser feita à pressa e a qualquer preço, mas com a ponderação e adequada reflexão, tendo em conta as profundas implicações que as alterações ao sistema comportam. Por outro lado, deve ser levada em linha de conta a oportunidade política no que respeita aos calendários, por forma a impedir qualquer perturbação nos actos eleitorais que se avizinharem. Somos de opinião que isso deverá ficar para ulterior momento e oportunidade, onde todos os partidos e a sociedade civil certamente terão contributos e sugestões a oferecer.

Tal revisão não se compadece com o tempo limitado que dispomos até à realização das próximas eleições. Estamos no final de uma legislatura regional, muito próximo de um novo acto eleitoral, e, segundo a ética política e os princípios democráticos, qualquer alteração desta natureza e profundidade, a escassos meses das eleições, carece obviamente de um alargado consenso político-partidário, impossível de alcançar neste momento.

Julgamos que a boa solução é o consenso em torno das alterações «cirúrgicas» propostas convergentemente pelo projecto de lei n.º 173/VIII e pelas propostas de lei n.os 23 e 24/VIII.

A promulgação destes diplomas por parte do Sr. Presidente da República permitirá proceder à marcação do respectivo acto eleitoral para as duas Regiões Autónomas, em tempo útil.

O PS está disponível para ponderar outras inovações após as eleições regionais de Outubro e dará os passos para que, se houver vontade política dos demais partidos, se consiga esse consenso. De novo, fica lançado o desafio!

**Aplausos do PS**

**O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Silvio Rui Cervan**

**O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP). — Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr.ª Deputada Isabel Sena Lino,** depois da sua intervenção, ficou mais claro por que é que o Partido Socialista não consegue, e dificilmente conseguirá algum dia, ganhar o que quer que seja na Madeira!

É que o Partido Socialista, que está há mais de 20 anos, e com razão, a fazer as mais duras e contundentes críticas

em relação a um sistema eleitoral que é injusto e que distorce todo e qualquer tipo de razoabilidade na questão da proporcionalidade — e perante uma situação injusta, perante uma lei injusta, perante um sistema eleitoral injusto, apesar de não concordarmos, ainda podemos aceitar que o PSD, que é beneficiado por esse sistema eleitoral, procure manter o privilégio e o benefício —, o Partido Socialista, repito, que é violentamente prejudicado pelo sistema, demite-se de corrigir a injustiça e abdica de alguma vez se poder constituir como uma alternativa na Região Autónoma da Madeira Assim, na Madeira, não vale a pena votar PS, porque o PS nunca será uma alternativa ao Partido Social Democrata.

#### *Protestos do PS*

Permita-me que lhe diga que não merecia ter sido escalada para este debate A Sr.<sup>a</sup> Deputada, que é das mais simpáticas, das mais esforçadas e coerentes dessa bancada, com a qual temos tido divergências, discordâncias, mas num debate sempre elegante, éposta aqui numa posição ..

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Ingrat!

O Orador — ... difícil, porque o que há é um acordozinho que dá muito «jeitinho» ao Sr. Presidente da República, que tem que marcar eleições, e que dá muito jeito ao Partido Social Democrata, que com esta lei quer ganhar mais facilmente as eleições!

#### *Protestos do PS*

Todavia, não corrige qualquer injustiça, e a Sr.<sup>a</sup> Deputada está aqui claramente numa posição muito difícil, que o Partido Popular comprehende mas não pode deixar de assinalar

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Se a Sr.<sup>a</sup> Deputada ouvisse as vozes de metade do seu grupo parlamentar da Assembleia Legislativa Regional, que preferiu sair a ter que votar a lei, se ouvisse as vozes de Deputados do Partido Socialista na Região Autónoma da Madeira, que disseram que a única atitude justa e politicamente séria seria a de o PS votar o projeto de lei hoje aqui apresentado pelo Partido Popular, a Sr.<sup>a</sup> Deputada poderia não fazer o frete à direcção da bancada, mas, seguramente, sentir-se-ia muito mais confortada!

#### *Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. José Magalhães (PS) — Peço a palavra, Sr. Presidente

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado José Magalhães, pede a palavra para algum efeito que tenha prioridade?

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr. Presidente, é para defesa da honra da bancada, mas preferia fazê-la depois de a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Sena Lino usar da palavra

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Muito bem Nesse caso, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Sena Lino, para responder

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Sena Lino (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Silvio Rui Cervan, agradeço as suas palavras de simpatia, pois é sempre agradável ouvir isso! Mas devo dizer-lhe que não me sinto incomodada por ter sido escalada para esta questão Em primeiro lugar, porque foi o PS que tomou a iniciativa — é que nós não estamos de braços cruzados! — isto é, qualquer partido poderia ter tomado esta iniciativa, mas fomos nós que o fizemos, através de um requerimento

Por outro lado, na nossa exposição, afirmámos que há muitos erros e que este é um dos erros que tem de ser ultrapassado, mas não é o único Consideramos que a Lei Eleitoral merece uma atenção diferente e uma reflexão profunda, na medida em que se trata de uma alteração que não se pode fazer de um dia para o outro

Desde o início deste debate, e também na Região Autónoma da Madeira, o PP chamou-nos ingénuos por considerarmos que iríamos ter quórum depois das eleições. Mas será que o PP também não está a ser ingénuo ao querer, neste momento, avançar com a discussão de uma legislação que poderia pôr em causa a marcação de um acto eleitoral? Parece-me, de facto, que cada um tem de encontrar as suas razões Penso que avançámos, com esta iniciativa do Partido Socialista, e que conseguiremos ultrapassar esta inconstitucionalidade, se, como espero, estes diplomas forem aprovados

Aproveito para referir que não entendo os argumentos do PSD para não entrar nesta revisão da Lei Eleitoral, já que noutros tempos foi também o próprio Partido Social Democrata a avançar com alterações à Lei Eleitoral

Na verdade, penso que esta é uma oportunidade para encontrarmos, quanto a uma lei fundamental e que vai requerer tantas alterações, um largo consenso, em que todos os partidos possam apresentar as suas propostas Por isso, consideramos que tal não pode ser feito neste momento, de um dia para o outro, mas estamos disponíveis e lançamos, mais uma vez, o desafio para que, a partir da Região Autónoma da Madeira e através de um largo consenso, se possa, definitivamente, alterar uma lei fundamental para o nosso país

#### *Aplausos do PS*

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para defesa da honra da bancada, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães Chamo a atenção do Sr. Deputado para o facto de o tempo do seu partido estar no limite, pelo que agradeço que seja muito breve

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr. Presidente, nunca as defesas da bancada contaram para o limite de tempo, mas, de qualquer forma, serei brevíssimo

Sr. Presidente, só tomo a palavra por causa de uma insinuação, ou, antes, de uma observação completamente desprimatorosa do Sr. Deputado Silvio Rui Cervan Aliás, suponho que, pensando bem, o Sr. Deputado não a formularia nos termos em que a formulou A Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Sena Lino cumpriu o seu dever de Deputada, aliás, honrosamente e muito bem, em termos que nos fazem a todos sentir orgulhosos, pelo equilíbrio, pela serenidade e pelo bom senso

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Fez o que pôde!

O Orador — O Sr. Deputado fez exactamente o contrário e não é timbre da nossa bancada responder a provocações em tom irado

V Ex<sup>a</sup> disse, em tom encrespado, que o que nós queremos é fazer um frete ao Sr. Presidente da República Sr. Deputado, esta é maneria de aludir a una questão deste tipo?! Os Deputados da minha bancada — e tive a honra de participar neste processo — dirigiram ao Tribunal Constitucional um requerimento para obter a declaração de inconstitucionalidade de normas que estavam mal no Estatuto e na Lei e conseguiram esse objectivo Enquanto isto acontecia, o que fazia o PP? Nada!

Durante o debate do Estatuto, colocámos esta questão Quando isso acontecia, o que fazia o PP? Nada!

Subitamente, o PP tirou do seu saco mirabolante algo que disse ser uma grande ideia de reforma para o sistema eleitoral e, a partir desse momento, algures em Abril, esta questão tornou-se o *alfa* e o *omega*! Quem não quisesse acreditar naquela verdade de fé era um sarraceno, deveria perecer, logo ali, degolado — crê ou morre! Sr. Deputado, isto é ridículo!

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Pois é, e o Sr. Deputado é que está a dizê-lo!

O Orador — A vossa atitude no arquipélago foi verdadeiramente ridícula! Mas, com esse pequeno gambozino, VV Ex<sup>as</sup> geraram considerável confusão Agora não geram mais e acaba aqui, Sr. Deputado Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan — isso lhe garantimos! Mas é que acaba mesmo, esteja descansado! Esses métodos filibusteiros podem, porventura, impressionar no Funchal, mas aqui não impressionam nada, absolutamente nada!

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — V Ex<sup>a</sup> já me pôs a tremer!

O Orador — Se V Ex<sup>a</sup> não treme é porque é irresponsável ou porque não percebe o que lhe vai cair em cima! Porque nós não vamos aceitar nem um milímetro de demagogia soez, como a que V Ex<sup>a</sup> dirige nesta matéria, ou de intimidação, entre «crê ou morres», na discussão de uma questão que tem de ser consensual!

V Ex<sup>a</sup> não encrespa nem insulta ninguém, porque, de contrário, sai das mesas de negociações, pois quem se porta assim não tem credibilidade!

Vozes do CDS-PP — Tanta arrogância!

O Orador — Nós vamos discutir isto com toda a gente em plano de igualdade o PSD, o PCP, o Bloco de Esquerda, Os Verdes e o PP. Mas o PP não dita quem é que vai ou não ter êxito na Região.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Tanta arrogância!

O Orador — não faz de Zandinga, como diria o Dr. Durão Barroso, em relação ao futuro eleitoral Não faz, porque é ridículo, Sr. Deputado, e por ai não vai a sítio algum E a nós, seguramente, não intimida!

Vamos rejeitar o seu projecto de lei, não porque ele não possa ser discutido, mas porque não é a hora de o discutir. Vamos discutir reformas de fundo a sério e não a 10 minutos de eleições O contrário é ridículo!

Frete ao Sr. Presidente da República?! V Ex<sup>a</sup> devia agradecer ao Sr. Presidente da República a sua intervenção serenadora, que nos está a permitir também a nós, neste momento, aprovar por consenso alargado uma correcção de uma inconstitucionalidade Se V Ex<sup>a</sup> fizesse isso, to-

dos ficariamos contentes. V Ex<sup>a</sup> não o faz porque quer fazer a diferença, mas, digo-lhe francamente, faz a diferença pelo ridículo!

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, não me sento à mesa com V Ex<sup>a</sup> apenas e só porque eu escolho a mesa de quem me sento!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Em matéria de credibilidade e de ridículo, vai desculpar-me, mas também não é com V. Ex.<sup>a</sup> que vou discutir!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Mas vamos ao essencial, se é que houve essencial na sua intervenção.

O Sr. Deputado pediu a palavra para defender a honra da sua bancada, procurando defender o Sr. Presidente da República, que, tanto quanto sei, não é Deputado da sua bancada!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador. — V. Ex.<sup>a</sup> não foi capaz de dizer a nenhum dos 230 Deputados desta Câmara por que é que, se a lei era justa, havia 17 000 madeirenses que não estavam representados por este sistema eleitoral. Também não foi capaz de dizer, porque não é capaz de dizer a nenhum dos Deputados desta Câmara, por que é que metade do seu partido na Madeira não concorda com a negociata que o senhor quis fazer e não consegue dizer por que é que há Deputados do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional da Madeira que dizem todos os dias em órgãos de comunicação social, regional e nacional, que a única atitude séria que o Partido Socialista pode tomar é a de votar favoravelmente a iniciativa do CDS-PP!

V Ex<sup>a</sup> responde ao que quer e fala do que quer, mas nunca conseguirá evitar que o CDS continue a ser alternativa e coerente, duas palavras que o Sr. Deputado conhece mal! Portanto, de V Ex<sup>a</sup> não recebo qualquer espécie de lição de moral!

*Aplausos do CDS-PP*

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — Para pedir esclarecimentos à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Sena Lino, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva, a quem foi cedido tempo pelo Bloco de Esquerda

O Sr. Guilherme Silva (PSD). — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Sena Lino, quero apenas fazer-lhe uma pergunta, que se prende com seguinte o seu colega de partido e ilustre Deputado da Assembleia Legislativa Regional da Madeira Jardim Fernandes, na intervenção que fez a propósito destas iniciativas, defendeu que a apresentação destas propostas devia caber à Assembleia Legislativa Regional e não à Assembleia da República, embora tal faça parte das suas competências, numa ideia de cooperação

institucional entre a Assembleia Legislativa Regional e a Assembleia da República e os partidos com assento em ambas. Recomendou e defendeu vivamente esta solução. Não sei se se tratou de um recado para si ou para o Sr Deputado Mota Torres, mas é nitidamente uma tomada de posição contrária à vossa iniciativa.

A questão que lhe quero colocar é a de saber se estamos em circunstâncias de fazer convergir o vosso partido para uma solução e se V Ex<sup>a</sup> estará disponível para returcar o seu projecto, por forma a votarmos apenas as propostas de lei da Assembleia Legislativa Regional, em nome desta cooperação institucional e em nome de uma maior homogeneidade dentro do seu partido.

O Sr António Braga (PS) — Ah! Ah! É a piada da tarde!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Sena Lino.

A Sr<sup>a</sup> Isabel Sena Lino (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Guilherme Silva, começo por agradecer a sua pergunta e dizer que concordamos que a reforma de fundo deve partir da Assembleia Legislativa Regional Agora, a reforma de fundo que irá com certeza acontecer terá lugar em virtude da iniciativa que aqui tivemos. Não podemos separar as duas, mas é pela iniciativa que tomámos que hoje estamos aqui a discutir esta matéria.

O Sr José Magalhães (PS). — Muito bem!

A Oradora — De qualquer modo, penso que podemos convergir no voto quanto aos dois diplomas, pelo que, nesse aspecto, ultrapassaremos este problema.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Sílvio Rui Cervan.

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados. O Partido Popular tem, nesta discussão, a única atitude politicamente defensável para quem, como nós, constata que há uma enorme injustiça no sistema eleitoral madeirense. Isto é, apresentamos um projecto de lei que visa diminuir a diferença abissal entre a vontade expressa em votos pela população e a sua expressão em mandatos.

Não é possível que um qualquer partido, seja ele, actualmente, o PSD ou, amanhã, o CDS-PP, que obtenha 56% dos votos consiga 70% dos mandatos. Não é possível que um partido como o CDS-Partido Popular, hoje, ou o PSD, amanhã, obtenha 8% dos votos e tenha apenas 3% dos mandatos.

Sabemos que não há sistemas perfeitos, sabemos que não há sistemas isentos de crítica ou acima dela, mas não compreendemos a utilidade da manutenção de um sistema que todos criticam, que quase todos rotulam de injusto, mas que poucos — talvez só nós — pretendem mudar.

Os acórdãos do Tribunal Constitucional compararam o sistema eleitoral da Madeira com vários sistemas eleitorais de uma Europa, que para tantas coisas nos serve de referência, e concluem que se trata do mais injusto, daquele cujo desvio de proporcionalidade é mais acentuado.

Sr Presidente, Srs Deputados. Não temos soluções dogmáticas para esta questão e o nosso projecto está aberto a alterações em sede de especialidade.

Srs Deputados do Partido Socialista, ou votam favoravelmente o nosso projecto ou deixam de poder ter o mínimo de legitimidade para criticar a injustiça que hoje existe na Região Autónoma da Madeira.

O Sr. José Magalhães (PS) — Só faltava que fosse essa a credencial!

O Orador — Se isso não acontecer, todas as críticas serão cobardes e todas as dúvidas serão hipócritas.

As dúvidas e as críticas vão da direita à esquerda, vão de vários dirigentes do meu partido, passando pelas mais destacadas figuras do meio académico, e aproveito para referir algumas, muitas e valiosas, contribuições do político mas, sobretudo, do académico que foi o nosso colega Dr Luís Sá.

Nesta questão, não há direita ou esquerda. Nesta questão, há justiça ou injustiça, há convicções ou conveniências. Nós estamos com a justiça e com as convicções.

Sr Presidente, Srs Deputados. Nenhuma combinação mais ou menos secreta entre o Sr Presidente da República e o Sr Presidente do Governo Regional pode servir para nos tirar do nosso rumo. O Sr Presidente da República quer marcar eleições e o Dr Jardim quer ganhar eleições com mais facilidade, mas nada nos fará abdicar da nossa coerência e da nossa convicção.

O Partido Socialista, como bem sabem muitos dos seus dirigentes regionais e nacionais, tem hoje, aqui e agora, a opção da coerência e da lógica ou cede à política do favor e do «jeitinho».

*Aplausos do CDS-PP*

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda.

O Sr Luís Fazenda (BE). — Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados. É curioso que, quando se fala da Madeira, haja, por vezes, vírus do PSD/Madeira que se propagam até outras bancadas. Já hoje, aqui, ouvimos falar de Deputados frotados, de Deputados flibusteiros, de algum tipo de léxico político que convive melhor com défices democráticos e expressões insidiosas que, muitas vezes, ouvimos por parte do PSD/Madeira e poucas vezes a outras bancadas que querem emergir neste debate.

Portanto, parece que há um vírus «jardiniada» que se propaga para outras bancadas e que eu não poderia deixar de referir.

Mas também aqui tivemos o tique do PSD/Madeira, trazido pela voz do Sr Deputado Guilherme Silva, reprovando a qualquer partido da oposição que apresente, na Assembleia da República, um projecto de lei sobre uma matéria que é da reserva da Assembleia da República, sem antes fazer vencimento uma proposta sua na Assembleia Legislativa Regional. A observação não tem sequer sentido pelo que releva da capacidade soberana desta Assembleia e dos poderes que lhe estão cometidos, mas é reveladora de uma concepção da vida democrática, porventura, com alguma simetria com as declarações que foram emitidas, há pouco tempo, acerca da parte antidemocrática desta Assembleia da República.

Gostaria de exprimir rapidamente a posição do Bloco de Esquerda, que compartilha a posição do Deputado da UDP/Madeira acerca desta matéria.

Consideramos que deve ser corrigida a inconstitucionalidade que se apresentava, votaremos fa-

voravelmente as iniciativas que provêm da Assembleia Legislativa Regional da Madeira e consideramos absolutamente necessário e indispensável, que, após as eleições regionais, haja um debate e uma verdadeira reforma do sistema eleitoral, porquanto a proporcionalidade, na Madeira, está objectivamente em desvio, não está a ser servida nos seus fundamentos constitucionais e naquilo que é uma boa *praxis* democrática.

Em todo o caso, não entendemos a posição do CDS-Partido Popular. Até compartilhamos da preocupação, do desejo e do apelo pela justiça, embora o projecto que apresentam contenha, a nosso ver, soluções técnicas que não serão as mais adequadas, ainda que esta não seja a questão fundamental. O que não entendemos é este alarido à beira de eleições legislativas regionais, particularmente vindo do CDS-Partido Popular.

É que o CDS-Partido Popular tem que ter em conta que, em relação aos normativos eleitorais, não faz parte do arco constitucional que garante essas maiorias e mal anda ao abrir um precedente que, de hoje para amanhã, pode ser invocado, em qualquer outra sede, do ponto de vista da legislação eleitoral. Não só outros partidos da oposição mas também o CDS-Partido Popular seria, obviamente, prejudicado com alterações legislativas em normativos eleitorais «à boca» de eleições.

Pela nossa parte, não queremos, em circunstância alguma, abrir esse precedente, à beira de eleições não deve haver aplicabilidade de novos sistemas eleitorais.

Sr Presidente, Sr as e Srs Deputados. Teremos uma posição favorável, compartilhamos princípios e da necessidade de revisão, com justiça, do sistema eleitoral na Madeira. Não estamos satisfeitos com o funcionamento da instituição democrática que lá está sediada e pensamos que o sistema eleitoral tem aí a sua quota-parte de responsabilidade, pelo que esperamos que o Partido Socialista mantenha o compromisso que aqui fez de avançar com esse debate e com esse consenso alargado a todas as bancadas.

Esperamos que, neste particular, haja alguns Srs. Deputados que dirijam, depois, essa situação das cadeiras, no sentido de saber quem é que se senta com quem para resolver este problema.

Esperamos, também, porque aí é que está a grande responsabilidade, que o Partido Social Democrata, após as eleições de Outubro, também se abra a um debate sobre o sistema eleitoral.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra para defesa da honra da bancada.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado António Filipe, peço-lhe desculpa, mas a figura regimental da defesa da honra da bancada tem prioridade.

Tem a palavra, Sr. Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente, o Sr. Deputado Luís Fazenda fez uma acusação relativa a um vírus do PSD/Madeira e ao contágio do mesmo a algumas bancadas da Assembleia da República. V. Exª não deve ser um especialista para fazer essa afirmação, mas, enfim, quando se mete nestas coisas sem se ser especialista, nem sempre se acerta, e é o que acontece com o Sr. Deputado.

Por outro lado, o Sr. Deputado referiu que eu teria tido uma posição inadmissível ao colocar o problema de reservar esta matéria para a iniciativa da Assembleia Legislativa Regional, porque isso seria um atentado às competências da Assembleia da República.

Em primeiro lugar, eu não disse exactamente isso. Não tenho qualquer dúvida de que a Assembleia da República, os Deputados e os grupos parlamentares, é soberana na apresentação de iniciativas relativas à lei eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira. Mas devo dizer-lhe que as questões que se levantam, pela circunstância de esta matéria também ter assento no Estatuto Político-Administrativo, não são constitucionalmente simples e que o próprio Tribunal Constitucional tem tido, em vários acórdãos, designadamente neste que nos traz aqui, a esta intervenção cirúrgica da alteração da lei, algumas dificuldades, ou fugido até de algumas delas, quanto a saber-se se esta matéria só pode ser alterada por iniciativa da Assembleia Legislativa Regional, uma vez que tem sede estatutária. E não tenho dúvidas, porque se dúvidas houver sobre se a matéria que regula a eleição para o órgão principal da estrutura político-administrativa das regiões, que é a assembleia legislativa regional, é materialmente estatutária, então não há nada que seja estatutário.

O Sr. Hugo Velosa (PSD) — Muito bem!

O Orador — E a questão não é tão simples quanto V. Exª pensa.

Por outro lado, há aqui um problema de cooperação institucional e foi nesse quadro que coloquei a questão. Não é por acaso que vários Deputados de vários grupos parlamentares, discordando das posições do seu grupo na Assembleia da República, como é o caso do Partido Socialista, defendem que se deveria reservar esta matéria às iniciativas das assembleias legislativas regionais e que seriam só essas que, aqui, deveríamos votar e apreciar.

Portanto, não se trata de uma questão isolada do Deputado Guilherme Silva e, muito menos, do PSD/Madeira.

Em relação à questão do vírus, o que espero que aconteça — e estou confiante que assim acontecerá — é que os madeirenses, designadamente neste próximo acto eleitoral, continuem a ter, na região, uma defesa em relação ao vírus do Bloco de Esquerda, e isto é que é importante porque o vírus do PSD/Madeira tem o seu resultado na construção que se vê ao longo destes 20 anos de autonomia regional.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, confirmo que não sou um especialista no vírus do PSD/Madeira, o Sr. Deputado Guilherme Silva é que é, mas, quando o vejo propagar-se, reconheço-o, há uma capacidade de reconhecimento.

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Ele é um antivírus!

O Orador — Também se entende que o PSD — e digo-o com toda a objectividade e sem qualquer achincalho — tem tido, ao longo dos anos, uma dificuldade de entendimento de preceitos constitucionais, hoje camuflada na sua intervenção, pelas dificuldades em

compatibilizar o Estatuto e a Constituição. Entendemos isto. O Bloco de Esquerda não tem essa dificuldade de entendimento, mas entendemos que o PSD, nomeadamente o PSD/Madeira, tenha dificuldades de entendimento nas zonas constitucionais de poderes de competências...

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Fala o constitucionalista Luís Fazenda!

**O Orador** — Nem se arroga a tanto, V. Ex.<sup>a</sup> talvez também não e, portanto, ficaríamos por aí!

Em todo o caso, devo dizer-lhe que lutaremos nas eleições legislativas regionais exactamente para ajudar a suprir o défice democrático que existe na Região Autónoma da Madeira, mas não só, pois ele também existe no continente e nos Açores — mas não se pode negar que ele existe na Região Autónoma da Madeira. No entanto, penso que se se propagar um pouco mais do vírus que acompanham o BE melhor conformará a Assembleia Legislativa Regional na sua diversidade democrática.

**O Sr Telmo Correia (CDS-PP):** — Isso é que era democracia!

**O Orador.** — É que, sendo a Madeira um «jardim» cada vez mais monocolor, não ficará bem à saúde do sistema democrático

**O Sr Presidente (Mota Amaral).** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado António Filipe

**O Sr António Filipe (PCP).** — Sr Presidente, Srs Deputados. Há pouco, quando se intrometeu esta discussão sobre o vírus, que não sei se é farmacêutico ou informático, eu ia começar a dizer que, hoje, não estamos a discutir a alteração que, do nosso ponto de vista, é necessário introduzir no sistema eleitoral, na Região Autónoma da Madeira. Estamos apenas a expurgar uma inconstitucionalidade por forma a que na Região Autónoma da Madeira não existam círculos uninominais, que era aquilo que acontecia relativamente aos círculos que elegiam apenas um Deputado, nos quais não era possível sustentar a existência de um sistema proporcional, porque, como é evidente, estava apenas um mandato em discussão e tratava-se de um sistema maioritário naqueles círculos eleitorais. E, portanto, o Tribunal Constitucional considerou a inconstitucionalidade desses círculos

Também não estamos a discutir o desaparecimento desses círculos, como hoje um título de um jornal da manhã dava a entender,

**O Sr José Magalhães (PS)** — Não há jornais para todos!

**O Orador** — mas, sim, a corrigir essa situação por forma a que não existam círculos apenas a eleger um Deputado, mas, segundo as propostas apresentadas quer pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira quer pelo PS, a eleger não um mas dois Deputados à assembleia legislativa regional

É preciso reconhecer que, se o problema fica resolvido do ponto de vista constitucional, não fica resolvido quanto ao problema da garantia da proporcionalidade

**O Sr José Magalhães (PS)** — Claro!

**O Orador:** — ... na medida em que essa solução, se em nada atrasa no que respeita à proporcionalidade, em boa verdade, também adiantará muito pouco, na melhor das hipóteses.

Portanto, o que poderá vir a acontecer é o PSD eleger, nesses círculos, esses dois Deputados ou, enfim, algum deles poderá ser ganho pelo PS. Mas, convenhamos, não será este acréscimo de um Deputado em cada um dos círculos onde, actualmente, apenas se elege um que vai corrigir a gritante desproporcionalidade, actualmente existente, no sistema eleitoral da Assembleia Legislativa Regional da Madeira

Porém, concordamos que não é a cinco meses das eleições que este problema é resolúvel. Quanto a isto, a nossa posição expressa, quer aqui, por meu intermédio, quer na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, pela CDU/Madeira, é a de que, de facto, não é nesta altura que este problema poderá ser resolvido.

Dai não nos opormos a que a inconstitucionalidade, que existe agora, seja suprida de uma forma minimalista, de modo a permitir que o processo eleitoral, que previsivelmente ocorrerá em Outubro próximo, possa decorrer em termos normais.

Mas é preciso dizer, muito claramente, que o sistema actualmente vigente é muito pouco proporcional. Os números de que dispomos falam por si. De facto, o que verificamos é que o PSD, nas eleições de 1996, com 56,76% dos votos dispõe de 69,5% dos mandatos

**Vozes do PSD** — É um bom resultado!

**O Orador** — E, portanto, há aqui um desvio de sete mandatos que favorece o PSD.

**Vozes do CDS-PP** — Isso é que é o vírus

**O Orador** — relativamente ao resultado eleitoral que obteve e desfavorece os restantes partidos representados na assembleia legislativa regional

Em suma, o problema que é preciso resolver é este: é criar um sistema que faça com que haja uma correspondência entre a real vontade dos eleitores e a composição da assembleia legislativa regional que resulte do acto eleitoral. E, neste sentido, temos defendido que a melhor solução para resolver este problema seria a criação de um círculo regional único que garantisse, de facto, a proporcionalidade na conversão de votos em mandatos.

Relativamente ao projecto do CDS-PP, não diremos que é um projecto absurdo, como já foi aqui dito. Não dizemos isso! O que dizemos é que esta não é a altura para o discutirmos, não é a cinco meses das eleições que se discute uma alteração de fundo ao sistema eleitoral

**O Sr Hugo Velosa (PSD)** — Claro! Só o CDS-PP é que quer essas coisas!

**O Orador:** — No entanto, reconhecemos que é uma aproximação à proporcionalidade, que, de facto, há esse propósito, embora, do nosso ponto de vista, tenha uma inconsistência querer conciliar a existência de um círculo único de apuramento com a existência de círculos concelhios. E aí criaria um problema, que era o de poder haver círculos concelhios sem eleger um Deputado para a assembleia legislativa regional.

De duas uma: ou se opta pelo círculo nacional, e assume-se que os Deputados não são eleitos por círculos

concelhos, ou opta-se por círculos concelhos, e nesse caso não se pode criar uma situação que dê aos eleitores um círculo que, depois, não elege Deputados. Esta é uma inconsistência deste projecto de lei

**O Sr José Magalhães (PS)** — É um projecto de lei mal feito! É «coxo»!

**O Orador** — Posto isto, não por este problema, que seria perfeitamente discutível, em termos de especialidade, e até reconheceremos a existência de um esforço de aproximação para se conseguir uma maior proporcionalidade, mas por considerarmos, e isto é que é essencial, que este não é o momento, a cinco meses das eleições, para se introduzir uma alteração de fundo no sistema eleitoral, vamos abster-nos não só em relação ao projecto de lei do CDS-PP mas também quanto às soluções minimalistas propostas quer pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira quer pelo PS, que, do nosso ponto de vista, não resolvem o problema de fundo

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Sílvio Rui Cervan, que dispõe de tempo cedido pelo Partido Ecologista «Os Verdes»

**O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Sr Presidente, Sr Deputado António Filipe, compreendo a posição do PCP, aliás, já há muitos anos reiterada, quer ao nível da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, quer, muitas vezes, em debates sobre esta matéria, pelo Sr Deputado Luís Sá. Como aqui foi referido, essa posição faz parte, inclusivamente, de um conjunto de estudos que o Sr Deputado Luís Sá teve oportunidade de publicar. É uma hipótese! É também uma hipótese que resolve o problema da proporcionalidade

Mas, Sr Deputado, permita-me que faça duas correções: não foi o CDS-PP que introduziu o debate sobre esta questão, o debate foi lançado a partir do momento em que houve uma declaração de inconstitucionalidade em relação a dois círculos eleitorais,

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Claro!

**O Orador** — o que fez com que o debate fosse aberto

**O Sr José Magalhães (PS)** — E bem!

**O Orador** — A partir desse momento, o que fizemos foi aquilo que faz um partido responsável apresentar um projecto de lei para corrigir uma injustiça

Ora, se todos os partidos concordam em que há uma injustiça, se todos os partidos concordam com o diagnóstico, por que é que não tentamos fazer uma aproximação ao nível da solução? Tive oportunidade de dizer que, se houver, em sede de especialidade, outro conjunto de propostas, estamos abertos à discussão

Como sabe, Sr Deputado, a proposta defendida, à época, pelo Deputado Luis Sá beneficia mais o CDS-PP do que as nossas próprias propostas. Porém, a questão não é saber quem beneficia mais com a lei mas, sim, tentar resolver uma injustiça gritante.

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Repare, Sr Deputado — e com isto termino —, eleitoralmente, na Madeira, cada Deputado do PSD «custa» 1850 votos, enquanto que cada Deputado do CDS-PP «custa» 5000 votos. Há aqui uma profunda injustiça!

A questão não é o mérito dos 56% mas o demérito dos 70% de mandatos!

**O Sr Telmo Correia (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — O que pensa o Sr Deputado sobre esta injustiça, em relação à qual nada se faz, sistematicamente, para resolver, nomeadamente quando o processo está aberto, não por nossa iniciativa mas por imposição do Tribunal Constitucional?

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado António Filipe.

**O Sr António Filipe (PCP)** — Sr Presidente, Sr Deputado Sílvio Rui Cervan, respondo-lhe com todo o gosto

Sr Deputado, eu não disse que foi o CDS-PP que introduziu o debate, o que eu disse foi que, apesar de o debate ter sido introduzido por via de uma declaração de inconstitucionalidade relativamente a dois círculos eleitorais, este não era o momento, dada a proximidade notória das eleições, para se realizar o debate que é necessário realizar. Daí considerarmos que a apresentação deste diploma é extemporânea, não que o diploma seja absurdo ou não mereça discussão mas por, neste momento, não estarmos, de facto, em altura de criar o consenso mínimo, que é reconhecido por todos como indispensável, para fazer uma alteração fundamental no sistema eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira. E é apenas neste sentido

Relativamente à questão que o Sr. Deputado colocou, creio que o problema não está em beneficiar este partido ou prejudicar aquele

**Vozes do CDS-PP** — Claro!

**O Orador:** — O Sr Deputado disse que as propostas feitas anteriormente pelo PCP beneficiariam o CDS-PP. Eu creio que não!

O que sucederia era que, com essas propostas, quer o CDS-PP, quer a CDU, quer a UDP/Madeira, quer o PS, todos os partidos, «beneficiariam» na medida em que deixariam de ser prejudicados, como sucede actualmente, por um sistema que tem muito pouco de proporcional. Isto porque a nossa proposta nunca foi no sentido de contabilizar ganhos e perdas de quem quer que seja, tem tido como motivação fundamental, isso sim, criar uma situação que seja a mais proporcional possível. Tem sido este o nosso propósito e continuará a ser.

No entanto, aproveito para, nesta resposta ao pedido de esclarecimento do Sr Deputado Sílvio Rui Cervan, manifestar o nosso empenhamento em que, logo a seguir às eleições regionais, se discuta, de facto, a aprovação de um sistema eleitoral mais proporcional, o que quer dizer mais justo e mais consonante com a vontade real dos eleitores para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira.

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Sr Presidente (Mota Amaral):** — Sr as e Srs. Deputados, visto não haver mais inscrições, dou por encerrado o debate, conjunto, das propostas de lei n<sup>os</sup> 23/VIII e 24/VIII, apresentadas pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira, e dos projectos de lei n<sup>os</sup> 173/VIII, do PSD, e 189/VIII, do CDS-PP

A nossa próxima sessão plenária terá lugar amanhã, quinta-feira, dia 11 de Maio, às 15 horas, constando de um período de antes da ordem do dia e de um período da ordem do dia com a discussão dos projectos de lei n<sup>os</sup> 75/VIII (PSD), 95/VIII (PCP), 192/VIII (PS), 193/VIII (BE), 153/VIII (PCP), 125/VIII (PS) e 197/VIII (PSD)

Srs Deputados, está encerrada a sessão

*Eram 19 horas e 20 minutos*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados*

**Partido Socialista (PS):**

Fernando Manuel de Jesus

José Carlos Lourenço Tavares Pereira

Luisa Pinheiro Portugal

Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro

Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

**Partido Social Democrata (PSD):**

António Paulo Martins Pereira Coelho

Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares

Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):**

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

António Bento da Silva Galamba

Cláudio Ramos Monteiro

Eduardo Ribeiro Pereira

José da Conceição Saraiva

Maria Isabel da Silva Pires de Luma

Vítor Manuel Caio Roque

**Partido Social Democrata (PSD)**

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado

Artur Ryder Torres Pereira

Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida

Maria do Céu Baptista Ramos

Maria Eduarda de Almeida Azevedo

Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

Pedro Manuel Cruz Roseta

**Partido Comunista Português (PCP)**

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes

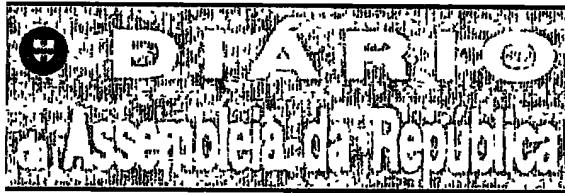
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Maria Odete dos Santos

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)**

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

**A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL**



*Depósito legal n° 8818/85*

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.**

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

**PREÇO DESTE NÚMERO 400\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**